PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026

PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

000279

Re: Processo Licitatório nº 84/2026 - Pregão Eletrônico nº 90015/2026 - Impugnação ao Edital - Rom Card

De Licitação PMSJorge <licitacao@pmsjorge.pr.gov.br>
Para <juridico@romcard.com.br>
Data 27/03/2026 14:06

Decisão Administrativa nº 001.2026 - Clodoaldo.pdf (~1,2 MB)

Boa tarde Senhores,

Em resposta ao pedido de impugnação, enviamos a Decisão Administrativa nº 001 em anexo, para apreciação.

Aguardamos a sua proposta no certame, bem como, a possibilidade de vir a ser nosso fornecedor do objeto requisitado.

A disposição.

Clodoaldo Blank - Ag de Contratação/Pregoeiro

Em 25/03/2026 16:52, juridico@romcard.com.br escreveu:

> Boa tarde,
>
> Segue anexa Impugnação ao Edital para protocolo.
>
> Favor acusar o recebimento.
>
> Grato,
>
> **Rafael Neumann Silva**
> **Advogado - OAB/SC 24.505**
> **Fone: (47) 3801 2861 | (47) 9 8408-9050**
> juridico@romcard.com.br
> www.romcard.com.br

ILUSTRÍSSIMA AUTORIDADE JULGADORA DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE/PR

Processo Licitatório nº 84/2026

Pregão Eletrônico nº 90015/2026

ROM CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 20.895.286/0003-90, com sede à Rua Bom Jesus, nº 212, 19º andar, Sala 1.904, Bairro Juvevê, Curitiba/PR, CEP 80.035-010 e telefone (11) 1111-1111, através de seu Administrador Sr. Ricardo Luiz dos Santos, portador da Carteira de Identidade e CPF n° 021.090.379-11, vem interpor

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

de acordo com o Decreto nº 10.024/19 e a Lei nº 14.133/21, pelos seguintes fatos e fundamentos.

SINOPSE FÁTICA

O Processo Licitatório em epígrafe tem o seguinte objeto, assim descrito no item 1.1 de seu edital:

1 – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste **PREGÃO Fornecimento de cartão com chip eletrônico de segurança ou tarja magnética, com senha individual, que realize captura, roteamento, transmissão e processamento de transações financeiras na função débito, com a finalidade de ser utilizado pelos funcionários públicos para uso do benefício do vale alimentação pago em conformidade com a Lei Municipal nº 1.177/2025, pelo Município de São Jorge D'Oeste/PR.**

A Impugnante, empresa do ramo de atuação cuja prestação de serviços é objeto do certame, é possível licitante, e, portanto, interessada direta no edital, sendo parte legítima para a sua impugnação, assim como qualquer cidadão.

Em análise ao edital do Pregão Eletrônico em epígrafe foram verificadas inconsistências que prejudicam o correto desenvolvimento da competição pública, restringindo a participação de eventuais licitantes, em razão do que necessária sua retificação nos termos abaixo.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

O prazo para impugnação ao edital é o previsto pelo item 15.1 do edital:

> 15.1 Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@pmsjorge.pr.gov.br.

Como a sessão do pregão, em que ocorrerá o julgamento das propostas se dará em 06/04/2026, nos termos do edital, o prazo de 3 (três) dias úteis anteriores se encerra em 01/04/2026, sendo, portanto, a presente impugnação tempestiva.

DO PRAZO PARA RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

O prazo para resposta a impugnação está disposto no item 15.2.1 do edital, qual seja o de 3 (três) dias úteis, a contar de sua interposição, limitado ao último dia útil antes da sessão pública do certame:

15.2.1 A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

Dessa maneira, é medida que se impõe a análise das presentes razões neste ínterim, sob pena de invalidação do certame, eis que assim restará prejudicada a formulação das propostas de forma adequada.

FUNDAMENTAÇÃO

DA NECESSÁRIA DIVISÃO DO OBJETO DO CERTAME EM LOTES DIVERSOS

O item 9.3.2 do Termo de Referência do edital admite tacitamente a oferta de propostas ou lances com taxa administrativa negativa:

9.3.2 Tabela de Conversão e Exemplificação:

Valor do Lance (Sistema)	Taxa de Administração	Resultado no Valor Global
R$ 102,00	+ 2,00% (Taxa Positiva)	Acréscimo sobre o valor dos créditos
R$ 100,00	0,00% (Taxa Zero)	Manutenção do valor nominal dos créditos

Av. Iguaçu, 281 | Cx. Postal 31 | Fone/Fax 46 3534-8050 | CEP 85575-000 | São Jorge D'Oeste | PR

R$ 98,50	- 1,50% (Taxa Negativa)	Desconto sobre o valor dos créditos

Acerca da fixação da taxa administrativa, cumpre destacar o Prejulgado nº 34 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que uniformizou a jurisprudência,

estabelecendo que sua fixação em patamares negativos não pode prosperar ao tratar-se de servidores públicos regidos pelo regime da CLT:

> "PREJULGADO Nº 34
>
> I - A proibição estabelecida no art. 3°, I e III, da Lei n° 14.442/22 aplica-se apenas aos órgãos e entidades da Administração Pública cujo quadro de pessoal seja formado por empregados públicos, submetidos ao regime celetista, ficando vedada, por conseguinte, nesses casos, a aceitação de taxas de administração negativas em licitações para a contratação de pessoas jurídicas para o gerenciamento e fornecimento de auxílio-alimentação por meio de cartões ou instrumentos congêneres;
>
> II - Quanto aos demais entes da Administração Pública, que concedem o auxílio-alimentação ou benefício de nomenclatura similar com base em previsão estatutária, não se aplica a restrição do art. 3°, I e III, da Lei n° 14.442/22, admitindo-se a taxa de administração negativa nas respectivas licitações para este objeto."

Considerando-se o caráter da relação jurídica estabelecida entre o Município de São Jorge D'Oeste e seus servidores, em que uma parcela é regida por estatuto próprio, e uma segunda parte é regida por regime celetista, o objeto da licitação, nos termos do precedente acima, não pode ser unificado.

Assim sendo, a presente licitação deve dividir seu objeto em dois lotes diversos, um em que seja possível a prática da taxa administrativa negativa, para os servidores regidos por estatuto próprio, e um segundo lote, em que deve ser vedada a oferta de propostas em percentuais negativos, destinado aos servidores celetistas.

Neste sentido veja-se o seguinte precedente, em que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná analisou a aplicação do Prejulgado nº 34 a caso concreto:

"O referido Prejulgado não menciona que a quantidade de funcionários celetistas influenciaria na proibição de aceitação de taxa negativa, ao contrário, é claro ao afirmar que caso o órgão possua funcionários regidos pela CLT, este não pode aceitar taxa de administração negativa em certames de fornecimento de benefício alimentação.

Assim, no que se refere ao pleito cautelar, tendo em vista que no quadro de pessoal do Município de Santa Helena há servidores celetistas empregados, aplica-se a segunda parte do Prejulgado nº 34 retromencionado, de modo que, a cautelar pleiteada deve ser concedida e homologada.

(...)

O fummus boni iuris resta demonstrado na plausibilidade das alegações apresentadas pelo Representante, que ensejaram o recebimento da demanda.

O periculum in mora também resta caracterizado, já que a continuidade do processo licitatório poderá ocasionar uma contratação dissonante com os ditames legais e constitucionais, podendo gerar grave lesão ao erário na medida em que a contratação pretendida pelo Município pode inviabilizar a participação de determinados licitantes.

Importante observar que, caso o pregão prossiga com as especificações atuais, o contrato pode ser firmado com base em critérios possivelmente ilegais, o que não só afeta a transparência e a equidade do processo licitatório, mas também pode resultar em gastos públicos indevidos. Suspender o certame é necessário para evitar que a administração pública incorra em despesas com um processo potencialmente viciado, o que poderia causar danos financeiros irreversíveis.

Dessa forma, há necessidade de reavaliação e suspensão imediata do pregão, a fim de que o Município de Santa Helena possa corrigir o edital, assegurando que o processo licitatório ocorra de acordo com os princípios legais e regulamentares, garantindo a obtenção da proposta mais vantajosa e a preservação do interesse público."

(Acórdão: 2523/2024, Tribunal Pleno, Processo: 508390/24, Relator Conselheiro Fabio de Souza Camargo, Data da Sessão: 12/08/2024)

Veja-se que o aresto acima inclusive entendeu como presentes os requisitos para concessão de medida cautelar para suspensão do certame ao analisar caso análogo, medida esta que igualmente deve ser adotada na hipótese dos autos.

E não se olvide levantar a questão de que o Município de São Jorge D'Oeste não teria funcionários celetistas, posto que pesquisa realizada no Portal da Transparência[1] teve resultado positivo, comprovando a existência de servidores mantidos sobre o referido regime contratual, como faz prova a listagem anexa.

Destarte, demonstrada a ilegalidade da prática de taxa administrativa negativa como contraprestação pelo fornecimento e administração de vale alimentação a servidores públicos celetistas, em razão do que necessária a divisão do objeto do certame em dois lotes distintos, nos termos dos seguintes requerimentos.

DOS REQUERIMENTOS

Diante o exposto, requer seja acatada a presente impugnação, para:

a) atribuir-lhe o efeito suspensivo;

b) reformar o edital do Pregão Eletrônico nº 90015/2026, dividindo-se o objeto da licitação em dois lotes, um destinado ao fornecimento de vale alimentação para os servidores estatutários, em que poderá ser aceita taxa administrativa negativa, e um segundo lote destinado aos servidores celetistas, em que seja permitida apenas taxa nula ou positiva;

c) republicar o edital do Pregão Eletrônico nº 90015/2026, reabrindo-se os prazos legais.

---

[1] Disponível em: http://pmsjorgepr.equiplano.com.br:7163/transparencia/srhRelatorioQuadroFuncional. Acesso em 25/03/2026.

Pede deferimento.

Joinville, 25 de março de 2026

ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA:20895286000128

Assinado de forma digital por ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA:20895286000128
Dados: 2026.03.25 16:48:09 -03'00'

ROM CARD ADM CARTÕES LTDA.
CNPJ: 20.895.286/0001-28
RICARDO LUIZ DOS SANTOS
CPF 021.090.379-11 RG 3.821.109
CRA/SC 13637

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
20.895.286/0005-51 **FILIAL**		**18/04/2025**

NOME EMPRESARIAL
ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
82.99-7-02 - Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R VISCONDE DE PIRAJA	**00414**	**SAL 718**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
22.410-905	**IPANEMA**	**RIO DE JANEIRO**	**RJ**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SOCIETARIO@RSCONTABILIDADE.COM	**(47) 3205-5000**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**18/04/2025**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **22/04/2025** às **07:56:15** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

000288

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
20.895.286/0006-32 **FILIAL**		**18/04/2025**

NOME EMPRESARIAL
ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
82.99-7-02 - Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R DOUTOR JOSE PEROBA	**000325**	**EDIF ELITE COMERCIAL SALA 703**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
41.770-235	**STIEP**	**SALVADOR**	**BA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SOCIETARIO@RSCONTABILIDADE.COM	**(47) 3205-5000**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**18/04/2025**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **22/04/2025** às **07:58:44** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
20.895.286/0001-28 **MATRIZ**		**19/08/2014**

NOME EMPRESARIAL
ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
ROM CARD	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
58.13-1-00 - Edição de revistas
63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente
64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras
64.99-9-99 - Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente
66.13-4-00 - Administração de cartões de crédito
66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras
68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios
68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
73.19-0-02 - Promoção de vendas
74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
82.20-2-00 - Atividades de teleatendimento
82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais
82.99-7-02 - Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R EXPEDICIONARIO HOLZ	**550**	**SALA 1401 PAVMTO14 EDIF HELBOR DUAL OFFICES**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
89.201-740	**AMERICA**	**JOINVILLE**	**SC**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
XXX@XXX.XX	**(47) 3801-2861**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**19/08/2014**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **06/12/2024** às **10:24:49** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO **20.895.286/0002-09** **FILIAL**	**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL**	DATA DE ABERTURA **19/06/2024**

NOME EMPRESARIAL
ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ********	PORTE **EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
82.99-7-02 - Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO **AL RIO NEGRO**	NÚMERO **503**	COMPLEMENTO **SALA 2020**

CEP **06.454-000**	BAIRRO/DISTRITO **ALPHAVILLE CENTRO INDUSTRIAL E EMPRESARIAL/ALPHAV**	MUNICÍPIO **BARUERI**	UF **SP**

ENDEREÇO ELETRÔNICO **XXXXXXX@XXXXX.COM**	TELEFONE **(11) 1111-1111**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL **ATIVA**	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL **19/06/2024**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL ********	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **20/06/2024** às **07:39:03** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

000291

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
20.895.286/0003-90 **FILIAL**		**19/06/2024**

NOME EMPRESARIAL
ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
82.99-7-02 - Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R BOM JESUS	**212**	**SALA 1904 ANDAR 19 COND AR 3000 - CABRAL COR**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
80.035-010	**JUVEVE**	**CURITIBA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
XXXXX@XXXXX.COM	**(11) 1111-1111**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**19/06/2024**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **20/06/2024** às **07:55:44** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

000292

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
20.895.286/0004-70 **FILIAL**		**19/06/2024**

NOME EMPRESARIAL
ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**EPP**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
82.99-7-02 - Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV CARLOS GOMES	**700**	**SALA 606 ANDAR 5**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
90.480-000	**BOA VISTA**	**PORTO ALEGRE**	**RS**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
XXXXXX@XXXXX.COM	**(11) 1111-1111**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**19/06/2024**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **20/06/2024** às **07:56:22** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

03ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA DA SOCIEDADE "ROM CARD – ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA" CNPJ 20.895.286/0001-28 NIRE 42206886718

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=76MK9IFKoajDx0KOMLR2Dw&chave2=Ug8cwwsph_-ckGj5CvuIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 02109037911-RICARDO LUIZ DOS SANTOS

Ricardo Luiz dos Santos, brasileiro, nascido em 05/04/1979, solteiro, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 02697031592, órgão expedidor DETRAN/SC, inscrito no CPF n.º 021.090.379-11, residente e domiciliado no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Padre Jose Sandrup, n° 360, bairro Costa e Silva, CEP 89.218-530.

Único sócio da Sociedade Limitada **"ROM CARD – ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA"**, com sede no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Expedicionário Holz, nº 550, sala 1401, 14º pavimento, Edifício Helbor Dual Offices, bairro América, Cep 89.201-740, registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob n° 42206886718 e inscrita no CNPJ sob o n° 20.895.286/0001-28, resolve assim, alterar e Consolidar o Contrato Social mediante as cláusulas e condições seguintes:

Primeira: O capital social que é de **R$ 6.682.000,00** (seis milhões seiscentos e oitenta e dois mil reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 6.682.000,00 (seis milhões e seiscentos e oitenta e duas mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, **passa a ser** de **R$ 8.552.000,00** (oito milhões quinhentos e cinquenta e dois mil reais), com o aumento de **R$ 1.870.000,00** (um milhão oitocentos e setenta mil reais) em lucros acumulados.

Segunda: Em razão dessa modificação na sociedade a cláusula do contrato social **passa** a ter a seguinte redação:

O capital social é de **R$ 8.552.000,00** (oito milhões quinhentos e cinquenta e dois mil reais), dividido em **8.552.000,00** (oito milhões quinhentos e cinquenta e duas mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas, integralizadas em moeda corrente do país fica assim distribuído:

SÓCIO	%	QUOTAS	VALOR TOTAL
Ricardo Luiz dos Santos	100	**8.552.000**	R$ **8.552.000,00**
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL	**100**	**8.552.000**	**R$ 8.552.000,00**

Terceira: A sociedade de único sócio cria neste ato uma filial no **Município de Salvador, Estado da Bahia, na rua Doutor José Peroba, nº 325, Edif. Elite Comercial, sala 703, bairro STIEP, CEP 41770-235**, tendo o início das atividades na data do registro do presente ato e explorando as atividades de: **Administração de cartões de convênio; Administração de cartões de desconto; Emissão de vales alimentação e refeição.**

Quarta: A sociedade de único sócio cria neste ato uma filial no **Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na rua Visconde De Pirajá, nº 414, sala 718, bairro Ipanema, CEP22410-905**, tendo o início das atividades na data do registro do

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 18/04/2025
Certifico o Registro em 18/04/2025 Data dos Efeitos 16/04/2025
Arquivamento 20258107804 Protocolo 258107804 de 16/04/2025 NIRE 42206886718
Nome da empresa ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 153847140499080
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/04/2025LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretario-Geral

03ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA DA SOCIEDADE "ROM CARD – ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA" CNPJ 20.895.286/0001-28 NIRE 42206886718

presente ato e explorando as atividades de: **Administração de cartões de convênio; Administração de cartões de desconto; Emissão de vales alimentação e refeição.**

Quinta: Em razão das alterações ora promovidas pelo único sócio, entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário constante do ato constitutivo da sociedade.

Sexta: À vista das modificações ora ajustadas consolida-se a Alteração Contratual com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE "ROM CARD – ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA" CNPJ 20.895.286/0001-28 NIRE 42206886718

Cláusula 1ª - A sociedade Limitada de único sócio gira sob o nome empresarial de **"ROM CARD – ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA"**.

Cláusula 2ª – A sociedade Limitada de único sócio tem sua sede no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Expedicionário Holz, nº 550, sala 1401, 14º pavimento, Edifício Helbor Dual Offices, bairro América, Cep 89.201-740.
Cláusula 3ª - A Sociedade Limitada de único sócio tem por objeto a exploração do ramo de: **Administração de cartões de desconto; Emissão de vales-alimentação; Tratamento de dados; Provedores de serviços de aplicações e serviços de hospedagem na internet; Atividades de cobranças e informações cadastrais; Atividades de consultoria em gestão empresarial; Edição de revistas; Aluguel, Compra e venda de imóveis próprios; Serviço de apoio administrativo e teleatendimento; Promoção de vendas; Participação do capital de outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária (holding); Administração de cartões de crédito; Atividades de prestação de serviços de informação; Serviços financeiros e correspondentes de instituições financeiras.**

Parágrafo Primeiro: A sociedade **mantém** uma filial no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, n° 503, sala 2020, Alphaville Centro Industrial e empresarial/Alphav, CEP 06.454-000, tendo o início das atividades na data do registro do presente ato e explorando as atividades de: **Administração de cartões de convênio; Administração de cartões de desconto; Emissão de vales-alimentação e Refeição.**

Parágrafo Segundo: A sociedade **mantém** uma filial no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, n° 700, sala 606, andar 5, bairro Boa Vista, CEP 90.480-000, tendo o início das atividades na data do registro do

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 18/04/2025
Certifico o Registro em 18/04/2025 Data dos Efeitos 16/04/2025
Arquivamento 20258107804 Protocolo 258107804 de 16/04/2025 NIRE 42206886718
Nome da empresa ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 153847140499080
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/04/2025LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretario-Geral

presente ato e explorando as atividades de: **Administração de cartões de convênio; Administração de cartões de desconto; Emissão de vales-alimentação e Refeição.**

Parágrafo Terceiro: A sociedade **mantém** uma filial no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Bom Jesus, n° 212, sala 1904, andar 19, Cond AR 3000 – Cabral Cor, bairro Juveve, CEP 80035-010, tendo o início das atividades na data do registro do presente ato e explorando as atividades de: **Administração de cartões de convênio; Administração de cartões de desconto; Emissão de vales-alimentação e Refeição.**

Parágrafo Quarto: A sociedade **mantém** uma filial no Município de Salvador, Estado da Bahia, na rua Doutor José Peroba, nº 325, Edif. Elite Comercial, sala 703, bairro STIEP, CEP 41770-235, tendo o início das atividades na data do registro do presente ato e explorando as atividades de: **Administração de cartões de convênio; Administração de cartões de desconto; Emissão de vales alimentação e refeição.**

Parágrafo Quinto: A sociedade **mantém** uma filial no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na rua Visconde De Pirajá, nº 414, sala 718, bairro Ipanema, CEP22410-905, tendo o início das atividades na data do registro do presente ato e explorando as atividades de: **Administração de cartões de descontos; Administração de vale refeição.**

Cláusula 4ª - A sociedade Limitada de único sócio é por tempo indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 30 de julho de 2014.

Cláusula 5ª – A Sociedade Limitada de único sócio poderá abrir a qualquer tempo, instalar, manter e extinguir filiais e quaisquer outros estabelecimentos necessários ao bom desempenho das atividades consubstanciadas no objeto social, em qualquer parte do território nacional ou exterior, respeitadas as prescrições e exigências legais pertinentes, mediante alteração contratual.

DO CAPITAL SOCIAL, DAS COTAS

Cláusula 6ª - O capital social é de **R$ 8.552.000,00** (oito milhões quinhentos e cinquenta e dois mil reais), dividido em **8.552.000,00** (oito milhões quinhentos e cinquenta e duas mil) quotas, no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas, integralizadas em moeda corrente do país fica assim distribuído:

SÓCIO	%	QUOTAS	VALOR TOTAL
Ricardo Luiz dos Santos	100	**8.552.000**	R$ **8.552.000,00**
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL	**100**	**8.552.000**	**R$ 8.552.000,00**

Cláusula 7ª - A responsabilidade do único sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas o sócio responde pela integralização do capital.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 18/04/2025
Certifico o Registro em 18/04/2025 Data dos Efeitos 16/04/2025
Arquivamento 20258107804 Protocolo 258107804 de 16/04/2025 NIRE 42206886718
Nome da empresa ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 153847140499080
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/04/2025LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretario-Geral

Cláusula 8ª - O sócio não pode a qualquer título ser avalistas de terceiros bem como, contrair dívidas de sua capacidade econômica de modo que possa comprometer a sociedade ocasionando a penhora de suas quotas e que resulte no comprometimento do funcionamento da empresa, sob pena de sanção prevista no § único do art. 1.030 do Código Civil.

DA ADMINISTRAÇÃO, SUAS ATRIBUIÇÕES E REMUNERAÇÃO.

Cláusula 9ª - A Sociedade é administrada pelo sócio único **Ricardo Luiz dos Santos**, já identificado neste instrumento, isoladamente, assinando pela empresa todos os atos administrativos, comerciais e financeiros da sociedade, próprios do cargo, a fim de garantir o pleno funcionamento dos negócios sociais e a realização do objeto da sociedade, representando-a ativa e passivamente e em juízo ou fora dele, podendo celebrar contratos, contrair obrigações, transigir, renunciar a direitos, constituir procuradores em nome da sociedade com a especificação dos poderes conferidos e duração do mandato e praticar todos e quaisquer atos necessários a consecução dos objetivos sociais e a defesa dos interesses e direitos da sociedade.

Cláusula 10 - O administrador responde solidariamente perante a sociedade e aos terceiros prejudicados por culpa no desempenho de suas funções.
Cláusula 11 - O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula 12 - O administrador que prestar serviços à empresa poderá receber remuneração a título de Pró-labore.

DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO, DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E/OU PREJUÍZOS.

Cláusula 13 - O exercício social coincidirá com o ano civil, devendo a 31 de dezembro de cada ano ser procedido o balanço geral da sociedade, obedecidas às prescrições legais e técnicas pertinentes à matéria. Os resultados poderão ser atribuídos o sócio único, sendo os prejuízos suportados pelo sócio único, podendo os lucros serem distribuídos ou ficarem na reserva da sociedade.

Cláusula 14 - Por decisão do sócio único, poderá haver distribuição mensal dos lucros, tendo como base o lucro de exercícios anteriores ou por conta de período base ainda não encerrado, a título de antecipação.

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 18/04/2025
Certifico o Registro em 18/04/2025 Data dos Efeitos 16/04/2025
Arquivamento 20258107804 Protocolo 258107804 de 16/04/2025 NIRE 42206886718
Nome da empresa ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 153847140499080
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/04/2025LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretario-Geral

Cláusula 15 – O sócio único está obrigado à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital, nos termos do art. 1.059 da Lei 10.406/2002.

DO SÓCIO HERDEIROS

Cláusula 16 - O falecimento do sócio único não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do de *cujus*, salvo se os mesmos optarem pela dissolução da mesma.

Parágrafo Primeiro: Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de *cujus*, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a Sociedade.
Parágrafo Segundo: Os haveres do sócio falecido serão calculados de acordo com a apuração de um Balanço Especial, levantado pela Sociedade na data do falecimento devendo o inventariante do de *cujus* ingressar na Sociedade, como sócio após apresentada a Sociedade a Autorização Judicial que permita formalizar-se inteiramente a operação, inclusive perante o Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Joinville.
Parágrafo Terceiro: Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.
Parágrafo Quarto: A morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos depois de averbada a resolução da sociedade.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 17 - Os casos omissos no presente contrato serão disciplinados pelos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil (Lei 10.406/2002) e, subsidiariamente, pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/1976 e alterações posteriores). Fica eleito o foro da cidade de Joinville/SC para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando a todo e qualquer outro foro de seu eventual domicílio.

E por estar assim ajustado assina o presente instrumento de Alteração Contratual em 01 (uma) via, para um só efeito.

Joinville/SC, 16 de abril de 2025.

RICARDO LUIZ DOS SANTOS

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 18/04/2025
Certifico o Registro em 18/04/2025 Data dos Efeitos 16/04/2025
Arquivamento 20258107804 Protocolo 258107804 de 16/04/2025 NIRE 42206886718
Nome da empresa ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 153847140499080
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/04/2025LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretario-Geral

JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA

258107804

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA
PROTOCOLO	258107804 - 16/04/2025
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42206886718
CNPJ 20.895.286/0001-28
CERTIFICO O REGISTRO EM 18/04/2025
SOB N: 20258107804

EVENTOS

026 - ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF ARQUIVAMENTO: 20258107804
051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20258107804

FILIAIS FORA DA UF

NIRE 33901658241
CNPJ 20.895.286/0005-51
ENDERECO: RUA VISCONDE DE PIRAJA, RIO DE JANEIRO - RJ
EVENTO 026 - ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF

NIRE 29902098335
CNPJ 20.895.286/0006-32
ENDERECO: RUA DOUTOR JOSE PEROBA, SALVADOR - BA
EVENTO 026 - ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 02109037911 - RICARDO LUIZ DOS SANTOS - Assinado em 16/04/2025 às 15:06:34

Junta Comercial do Estado de Santa Catarina 18/04/2025
Certifico o Registro em 18/04/2025 Data dos Efeitos 16/04/2025
Arquivamento 20258107804 Protocolo 258107804 de 16/04/2025 NIRE 42206886718
Nome da empresa ROM CARD - ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 153847140499080
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/04/2025LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretario-Geral





v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 10/01/2023 14:35:29 que o documento de hash (SHA-256) 61219a674450c9e62f4294de87995d9cccbfd483c7e06c48ece4374e10f24855 foi validado em 10/01/2023 14:34:00 através da transação blockchain 0xe5bcae3cdf566e890ccf1c4dc4db8ba2cc4ad0786fe09238ccf620ece682eecd e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 105696)

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21
Edifício Pedro Francisco Vargas
Centro, Itajaí - Santa Catarina
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **61219a674450c9e62f4294de87995d9cccbfd483c7e06c48ece4374e10f24855** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **105696** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"CEDULA IDENTIDADE - RICARDO LUIZ DOS SANTOS - "** , cujo assunto é descrito como **"CEDULA IDENTIDADE - RICARDO LUIZ DOS SANTOS - "**, faz prova de que em **10/01/2023 14:33:30**, o responsável **Rom Card - Administradora de Cartões Ltda (20.895.286/0001-28)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Rom Card - Administradora de Cartões Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **10/01/2023 14:34:44** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0xe5bcae3cdf566e890ccf1c4dc4db8ba2cc4ad0786fe09238ccf620ece682eecd**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

Quadro Funcional

Competência: Fevereiro/2026

Temporário

Nome	Data admissão	Data Término Contrato	Investidura	Cargo	Nível salaria	Local de trabalho	Carga horária	Horário expedient	Situação
29567318 - AMANDA BATISTA DOS SANTOS	12/06/2025	19/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 11:30 13:30 - 17:30	Em atividade
Total 2.402,24									
29567321 - AMANDA JULIA TEIXEIRA	13/06/2025	20/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 11:30 13:00 - 17:00	Em atividade
Total 2.402,24									
29567303 - ANA CAROLINA PORN MANGONI	05/06/2025	20/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 11:30 13:00 - 17:00	Em rescisão
Total 2.030,46									
Data de exoneração / 19/02/2026									
29567364 - ANA PAULA DA SILVA DE OLIVEIRA	25/08/2025	16/07/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 13:30	Em atividade
Total 2.402,24									

000301

Temporário

Nome	Data admissão	Data Término Contrato	Investidura	Cargo	Nível salaria	Local de trabalho	Carga horária	Horário expedient	Situação
29567339 - ANA PAULA PEDROSO LEMES	14/07/2025	20/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 20 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	100.00	07:30 - 11:30	Em rescisão
Total 255,69									
Data de exoneração / 02/02/2026									
29567310 - ANDRIELI LUZIA ALVES FERREIRA	05/06/2025	19/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 11:30 13:00 - 17:00	Em atividade
Total 2.402,24									
29567338 - BRENDA CAROLINE MENARIM	10/07/2025	20/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 20 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	100.00	07:30 - 11:30	Em atividade
Total 1.621,00									
29567363 - BRUNA SUELEM FRACARO	25/08/2025	16/07/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 13:30	LICENÇA MATERNIDADE INSS
Total 2.402,24									

000302

Temporário

Nome	Data admissão	Data Término Contrato	Investidura	Cargo	Nível salaria	Local de trabalho	Carga horária	Horário expedient	Situação
29567358 - CAMILA VITORIA ECKERT	21/08/2025	16/07/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 13:30	Em atividade
Total 2.402,24									
29567359 - CLAUDIANE RIBEIRO CASTAGNARA	21/08/2025	16/07/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 13:30	Em atividade
Total 2.402,24									
29567307 - CLECI NODARI	04/06/2025	19/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 20 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	100.00	07:30 - 11:30	Em atividade
Total 1.621,00									
29567344 - CRISTINA FATIMA GUARESCHI	25/07/2025	20/05/2026	Teste seletivo	Tecnico em Enfermagem PSS	00200201	SECRETARIA DE SAÚDE	200.00	07:30 - 11:30 13:00 - 17:00	Em atividade
Total 3.651,65									
29567360 - DANIELA MARCIANE RALDI	21/08/2025	16/07/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 13:30	Em atividade
Total 2.402,24									

000303

Temporário

Nome	Data admissão	Data Término Contrato	Investidura	Cargo	Nível salaria	Local de trabalho	Carga horária	Horário expedient	Situação
29567345 - DANIELA PICININ BOROSKI	01/08/2025	16/07/2026	Teste seletivo	Nutricionista 40 horas PSS	00200202	SECRETARIA DE SAÚDE	200.00	07:30 - 11:30 13:30 - 17:30	Em atividade
Total 5.948,24									
29567298 - DEBORA CRISTINA FRANCESCON	09/06/2025	20/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 11:30 13:30 - 17:30	Em atividade
Total 2.402,24									
29567300 - EDUARDA GABRIELA ESPICH	04/06/2025	20/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 11:30 13:00 - 17:00	Em atividade
Total 2.402,24									
29567328 - ELENI MARIZA KOCH	23/06/2025	20/06/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 20 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	100.00	07:30 - 11:30	Em atividade
Total 1.621,00									
29567365 - ELIANE BRASIL	25/08/2025	16/07/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 13:30	Em atividade
Total 2.402,24									

000304

Temporário

Nome	Data admissão	Data Término Contrato	Investidura	Cargo	Nível salaria	Local de trabalho	Carga horária	Horário expedient	Situação
29567361 - ELOISA CRISTINA PETRY DOS SANTOS	21/08/2025	16/07/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 13:30	Em rescisão
Total 2.030,46									
Data de exoneração / 19/02/2026									
29567355 - EVELINE FARIA DOS SANTOS	18/08/2025	16/07/2026	Teste seletivo	SERVENTE DE LIMPEZA TEMPORARIO PSS	BA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	200.00	07:30 - 11:30 13:30 - 17:30	Em atividade
Total 1.823,62									
29567356 - FABIANA LASTA MALACARNE	21/08/2025	16/07/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 13:30	Em atividade
Total 2.402,24									
29567323 - FERNANDA APARECIDA GROSS PERARDT	12/06/2025	20/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 20 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	100.00	07:30 - 11:30	Em atividade
Total 1.621,00									
29567371 - FERNANDA SLOBODIAN	10/09/2025	16/07/2026	Teste seletivo	Tecnico em Enfermagem PSS	00200201	SECRETARIA DE SAÚDE	200.00	07:30 - 11:30 13:00 - 17:00	LICENÇA MATERNIDADE INSS
Total 3.651,65									

Temporário

Nome	Data admissão	Data Término Contrato	Investidura	Cargo	Nível salaria	Local de trabalho	Carga horária	Horário expedient	Situação
29567308 - GABRIELI CRISTINA DE OLIVEIRA	04/06/2025	19/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 11:30 13:00 - 17:00	Em atividade
Total 2.402,24									
29567350 - GESSICA CRISTINA CASANI PERIN	11/08/2025	16/07/2025	Teste seletivo	Enfermeiro PSS	00200202	SECRETARIA DE SAÚDE	200.00	07:30 - 11:30 13:00 - 17:00	Em atividade
Total 8.440,54									
29567306 - INGRID CAROLINE DOS SANTOS SOUSA	05/06/2025	19/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 20 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	100.00	07:30 - 11:30	Em atividade
Total 1.621,00									
29567297 - ISABELLA MARIA ALBUQUERQUE	09/06/2025	20/06/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 11:30 13:30 - 17:30	Em atividade
Total 2.402,24									

Temporário

Nome	Data admissão	Data Término Contrato	Investidura	Cargo	Nível salaria	Local de trabalho	Carga horária	Horário expedient	Situação
29567352 - IVAM CARLOS HERMES	04/08/2025	16/07/2026	Teste seletivo	Psicologo 40 horas PSS	00200202	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	200.00	07:30 - 11:30 13:30 - 17:30	Em atividade
Total 5.057,08									
29567302 - IVONE DE VARGAS BONETTI	05/06/2025	20/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 11:30 13:00 - 17:00	Em atividade
Total 2.402,24									
29567304 - JAMILE DA SILVA SANTOS	04/06/2025	20/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 11:30 13:00 - 17:00	Em atividade
Total 2.402,24									
29567341 - JANAINA ALVES DOS SANTOS	21/07/2025	20/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 20 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	100.00	07:30 - 11:30	Em atividade
Total 1.621,00									

Temporário

Nome	Data admissão	Data Término Contrato	Investidura	Cargo	Nível salaria	Local de trabalho	Carga horária	Horário expedient	Situação
29567299 - JANAINA DE LIMA	09/06/2025	20/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 11:30 13:00 - 17:00	Em atividade
Total 2.402,24									
29567372 - KARINE APARECIDA DA SILVA DALMASSO	16/09/2025	19/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	11:30 - 17:30	Em atividade
Total 2.402,24									
29567309 - KAUANE CARVALHO	04/06/2025	19/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 11:30 13:00 - 17:00	Em atividade
Total 2.402,24									
29567349 - KELE RODRIGUES APOLINARIO	04/08/2025	04/07/2026	Teste seletivo	SERVENTE DE LIMPEZA TEMPORARIO PSS	BA	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	200.00	07:30 - 11:30 13:00 - 17:00	Em atividade
Total 1.621,00									

000308

Temporário

Nome	Data admissão	Data Término Contrato	Investidura	Cargo	Nível salaria	Local de trabalho	Carga horária	Horário expedient	Situação
29567383 - KELIANE ZUANAZZI	16/10/2025	16/07/2026	Teste seletivo	Enfermeiro PSS	00200202	SECRETARIA DE SAÚDE	200.00	08:00 - 11:30 13:00 - 17:00	Em rescisão
Total 5.774,23									
Data de exoneração / 03/02/2026									
29567373 - LAILA DANIELA DE SOUZA BUENO FRANCESCON	23/09/2025	20/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:00 - 13:00	Em atividade
Total 2.402,24									
29567370 - LAISSA JULIA TUSSI	09/09/2025	19/05/2025	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	11:30 - 17:30	Em atividade
Total 2.402,24									
29567393 - LEANDRA PAULA ALUPP	19/02/2026	20/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	GUIMARÃES JORGE C M E I MONS	150.00	07:30 - 13:30	Em atividade
Total 857,94									
29567315 - LEONARDA GABRIELA DA SILVA	12/06/2025	19/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 20 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	100.00	07:30 - 11:30	Em atividade
Total 1.621,00									

000369

Temporário

Nome	Data admissão	Data Término Contrato	Investidura	Cargo	Nível salaria	Local de trabalho	Carga horária	Horário expedient	Situação
29567296 - LUCIANE CRISTINA MARINHO DE MELLO	09/06/2025	19/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 11:30 13:30 - 17:30	Em atividade
Total 2.402,24									
29567395 - MARIA MARGARETE MELNIK	20/02/2026	20/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	CMEI PINGO DE GENTE	150.00	07:30 - 13:30	Em atividade
Total 772,15									
29567346 - MARIA SALETE STOHR	04/08/2025	16/07/2026	Teste seletivo	Assistente Social (30 Horas)	00200200	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	150.00	08:00 - 15:30	Em atividade
Total 3.965,50									
29567324 - MARILENE SABADIN FICAGNA	17/06/2025	20/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 11:30 13:30 - 17:30	Em atividade
Total 2.402,24									
29567329 - MIRIAM PATRICIA ANTONELO DALMOLIN	23/06/2025	20/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 20 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	100.00	07:30 - 11:30	Em atividade
Total 1.756,08									

000310

Temporário

Nome	Data admissão	Data Término Contrato	Investidura	Cargo	Nível salaria	Local de trabalho	Carga horária	Horário expedient	Situação
29567366 - QUEILA ROBERTA DE ALMEIDA MACHADO	26/08/2025	16/07/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 13:30	Em atividade
Total 2.402,24									
29567354 - ROBERTO CARLOS SIMAO	18/08/2025	16/07/2026	Teste seletivo	AGENTE DE COMBATE DE ENDEMIAS (40 HORAS) PSS	00200200	SECRETARIA DE SAÚDE	200.00	07:30 - 11:30 13:00 - 17:00	Em atividade
Total 3.654,60									
29567327 - SANDRA FATIMA ALVES MARIANO	23/06/2025	20/06/2025	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 20 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	100.00	07:30 - 11:30	Em atividade
Total 1.621,00									
29567316 - SILMARA ALVES	12/06/2025	19/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 20 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	100.00	13:30 - 17:30	Em atividade
Total 1.756,08									
29567343 - SILVANI POLUCENA NUNES	25/07/2025	20/05/2026	Teste seletivo	Tecnico em Enfermagem PSS	00200201	SECRETARIA DE SAÚDE	200.00	07:30 - 11:30 13:00 - 17:00	Em atividade
Total 3.651,65									

000311

Temporário

Nome	Data admissão	Data Término Contrato	Investidura	Cargo	Nível salaria	Local de trabalho	Carga horária	Horário expedient	Situação
29567301 - SIMONE DE SOUZA PAIXAO	04/06/2025	20/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 11:30 13:00 - 17:00	Em atividade
Total 2.402,24									
29567353 - SIMONE PAGNUSSAT DAL PUPO	11/08/2025	16/07/2026	Teste seletivo	Farmaceutico PSS	00200202	SECRETARIA DE SAÚDE	200.00	07:30 - 11:30 13:00 - 17:00	Em atividade
Total 6.390,63									
29567326 - SIMONI APARECIDA ZISCH	23/06/2025	20/06/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 20 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	100.00	07:30 - 11:30	Em atividade
Total 1.621,00									
29567312 - SOLANGE NAZARIO ORIQUES	12/06/2025	19/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 20 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	100.00	07:30 - 11:30	Em rescisão
Total 482,44									
Data de exoneração / 06/02/2026									
29567322 - SUELEN LETICIA CENTA	12/06/2025	20/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 20 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	100.00	07:30 - 11:30	Em atividade
Total 1.621,00									

000312

Temporário

Nome	Data admissão	Data Término Contrato	Investidura	Cargo	Nível salaria	Local de trabalho	Carga horária	Horário expedient	Situação
29567305 - TATIANE CASTANHA RUBAS	05/06/2025	20/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 11:30 13:00 - 17:00	Em atividade
Total 2.402,24									
29567362 - TAYLANE FRANCISCA RODRIGUES DA SILVA	25/08/2025	16/07/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 13:30	Em atividade
Total 2.402,24									
29567319 - THAIS APARECIDA WANDSCHEER	12/06/2025	19/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 20 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	100.00	07:30 - 11:30	Em atividade
Total 1.621,00									
29567313 - VANDERISE KARINE MINOSSO	12/06/2025	20/05/2025	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	08:00 - 15:30	Em atividade
Total 2.402,24									
29567314 - VANESSA AMERICO RIBEIRO	12/06/2025	19/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 20 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	100.00	13:30 - 17:30	Em atividade
Total 1.621,00									

000313

Temporário

Nome	Data admissão	Data Término Contrato	Investidura	Cargo	Nível salaria	Local de trabalho	Carga horária	Horário expedient	Situação
29567357 - VANESSA LUZIA NOSS DOS SANTOS	21/08/2025	16/07/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 13:30	Em atividade
Total 2.402,24									
29567317 - VITORIA CRISTINA BALDICERA LEMES	12/06/2025	19/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 20 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	100.00	07:30 - 11:30	Em atividade
Total 1.621,00									
29567336 - VIVIANE APARECIDA PADILHA	09/07/2025	20/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 20 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	100.00	07:30 - 11:30	Em rescisão
Total 250,87									
Data de exoneração / 02/02/2026									
29567320 - VIVIANE ZDRUIKOSKI SANTOS PERONDI	12/06/2025	19/05/2026	Teste seletivo	MONITOR ESCOLAR 30 HORAS	00200202	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	150.00	07:30 - 11:30 13:30 - 17:30	Em atividade
Total 2.402,24									

Total 64

0000314

Critérios de

Competência: 2/2026
Tipos de pessoa pública: Temporário
Tipo carga horária: Mensal
Tipo Cálculo: Todos
Ordenador por: Nome

000316

Decisão Administrativa n.º 001/2026
Processo n.º 84/2026 – Pregão Eletrônico n.º 90015/2026
Impugnante: ROM CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA EPP
Objeto: Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e Fornecimento de cartão com chip eletrônico de segurança ou tarja magnética, com senha individual, que realize captura, roteamento, transmissão e processamento de transações financeiras na função débito, com a finalidade de ser utilizado pelos funcionários públicos para uso do benefício do vale alimentação pago em conformidade com a Lei Municipal nº 1.177/2025, pelo Município de São Jorge D'Oeste/PR.

I. DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação tempestiva interposta pela empresa: ROM CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA EPP, protocolada em 26/03/2026 às 13h24, acolhida no email *liciatacao@pmsjorge.pr.gpv.br*, alegando a falta de observação, por parte da equipe de planejamento, da separação e ao devido fracionamento em itens, para a formação de lote, quanto às condições de disponibilização do benefício auxílio-alimentação, diferentemente direcionado aos funcionários públicos (regime celetista) e aos servidores públicos (regime estatutário). A Impugnante alega, em síntese:

- **Descritivo do apontamento:**
  Na aplicação da Lei nº 14.442/22.

- **Fundamento do pedido de Impugnação:** a impuganante fundamenta-se no Prejulgado nº 34, destaca-se:

> **Orgão Colegiado de Origem**: Tribunal Pleno.
> **Assunto**: aplicabilidade da restrição contida no artigo 3º da Lei n° 14.442/22 no âmbito da Administração Pública. Possibilidade, ou não, de adoção de taxas de administração negativas em processos licitatórios envolvendo a contratação de empresas especializadas na gestão e fornecimento, por cartões ou instrumentos congêneres, de benefícios de auxílio-alimentação.
> **Autuação do Prejulgado**: Protocolo nº 372431/22.
> **Relator**: Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares.
> **Protocolo nº**: 89789/23.
> **Decisão**: Acórdão nº 1053/24 - Tribunal Pleno.
> **Sessão**: Sessão Ordinária do Tribunal Pleno nº 7 (Virtual), de 25/04/24.
> **Publicação**: DETC nº 3200 de 02/05/24. oO edital exige, simultaneamente, características de equipamentos portáteis convencionais (monitor de 15", duas portas para transdutores, disco rígido de 1TB) e características de equipamentos ultraportáteis/telessaúde (sem fio, conexão com iOS/Android), tratando-se de arquiteturas tecnologicamente distintas e incompatíveis em um único aparelho.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA

Em diligência, certifica-se que o Município de São Jorge D'Oeste, não possui em seu quadro de colaboradores, funcionários públicos, contratados por regime celetista (CLT), aos quais o voto Relator do prejulgado nº 34, alcança, como se vê:

> "A proibição estabelecida no art. 3º, I e III, da Lei 14.442/22 aplica-se apenas aos órgãos e entidades da Administração Pública cujo quadro de pessoal seja formado por empregados públicos, submetidos ao regime celetista, ficando vedada, por conseguinte, nesses casos, a aceitação de taxas de administração negativas em licitações para a contratação de pessoas jurídicas para o gerenciamento e fornecimento de auxílio-alimentação por meio de cartões ou instrumento congênere.

Outrossim, afirma-se que todos os beneficiários do auxílio-alimentação, quantitativo de cartões, solicitados no pretenso certame: Pregão Eletrônico nº 90015/2026, atenderão exclusivamente servidores públicos (regime estatutário), conforme certidão emitida pelo Departamento de Recursos Humanos e anexa a este documento.

Sendo assim, prevalece o estabelecido igualmente por aquele Relator, e expresso no mesmo Prejulgado, a saber:

> Quanto aos demais entes da Administração Pública, que concedem o auxílio alimentação ou benefício de nomenclatura similar com base em previsão estatutária, não se aplica a restrição do art. 3º, I e III, da Lei 14.442/2022, admitindo-se a taxa de administração negativa nas respectivas licitações para este objeto."

Reitera-se, do empenho no planejamento, ainda que, devida as ponderações da impugnante.

III. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, e no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei nº 14.133/2021:

- CONHEÇO da impugnação, pois tempestiva;
- No mérito, DOU-LHE **INDEFERIMENTO**, por reconhecer a adequação do objeto solicitado a quem se destina (condições dos regimes trabalhistas – estatutários), motivo do pedido de impugnação.
- DETERMINO A CONTINUIDADE, do rito normal para a realização do Pregão Eletrônico nº 90015/2026, conforme já publicado.

Publique-se e intime-se.

São Jorge d'Oeste, 27 de março de 2026.

Clodoaldo Blank

Agente de Contratações/Pregoeiro
Portaria nº 3.134/2026

São Jorge d'Oeste, 27 de Março de 2026.

CERTIDÃO:

Certifico, para os devidos fins, que, após verificação junto ao setor competente desta Prefeitura Municipal, constatou-se que o único vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) existente atualmente corresponde a contrato de **Menor Aprendiz**.

Certifico, ainda, que os empregados enquadrados na condição de Menor Aprendiz **não recebem o benefício de vale-alimentação**, conforme as normas e políticas internas vigentes deste Município.

Por ser verdade, firmo a presente certidão para que produza os efeitos legais necessários.

Por ser expressão da verdade, dato e assino a presente Certidão, para que possa produzir os legais e jurídicos efeitos.

Alceu Antonio Bordignon
Recursos Humanos
RG 4.834.512-8

ALCEU ANTONIO BORDIGNON
Recursos Humanos - Matrícula n° 1512/1

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

000320

IMPUGNAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90015/2026 - UASG: 926478

De Gabriela Marques <gabriela.marques@neofacilidades.com.br>
Para licitacao@pmsjorge.pr.gov.br <licitacao@pmsjorge.pr.gov.br>
Cópia Tales Cavalli Rodrigues da Silva <tales.silva@neofacilidades.com.br>
Data 30/03/2026 12:20

IP - MUNICIPIO DE SAO JORGE D OESTE - PR.pdf(~1008 KB)
contrato social e procuração.pdf(~928 KB)

Bom dia, Sr. (a) Pregoeiro (a) e Comissão de Licitação,

Encaminho em anexo as razões de **impugnação aos termos do edital do pregão eletrônico nº 90015/2026.**

Por gentileza, acusar o recebimento deste e-mail.

Aguardo um breve retorno.

Atenciosamente,

neo facilidades e benefícios
as **maiores facilidades**
os **melhores benefícios**

Gabriela Marques
Jurídico
(19) 3116-3400
Alameda Rio Negro, 503 - Sala 1803 - Alphaville - Barueri/SP

ILUSTRE SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE – ESTADO DO PARANÁ.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 84/2026
UASG: 926478

NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n. 25.165.749/0001-10, com endereço à Alameda Rio Negro, n. 503, sala 1803, Alphaville, CEP 06454-000, Barueri, Estado de São Paulo, endereço eletrônico *juridico@neofacilidades.com.br*, telefone (11) 3631-7730, comparece perante Vossa Senhoria, muito respeitosamente, por seu procurador ao final subscrito, para **apresentar**

IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL

o que faz com esteio na Lei Federal n. 14.133/21, com base nos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos.

www.neofacilidades.com.br
Alameda Rio Negro, 503 - Sala 1803
Alphaville Industrial, Barueri - SP - CEP: 06.454-000
(11) 3631-7730

1. FATOS

A Prefeitura Municipal São Jorge D'Oeste/PR publicou o comentado edital com o fim de promover a *"Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e fornecimento de cartão com chip eletrônico de segurança ou tarja magnética, com senha individual, que realize captura, roteamento, transmissão e processamento de transações financeiras na função débito, com a finalidade de ser utilizado pelos funcionários públicos para uso do benefício do vale alimentação pago em conformidade com a Lei Municipal nº 1.177/2025, pelo Município de São Jorge D'Oeste/PR."*

Todavia, ao delimitar o conjunto de regras que compõem a estrutura do certame, o órgão contratante estabeleceu uma exigência completamente desconectada do objeto licitado, o que torna a cláusula ilegal e compromete a formulação de proposta, e, portanto, violam frontalmente um dos princípios basilares das licitações públicas, como o da busca da proposta mais vantajosa.

2. FUNDAMENTOS

2.1 – DA INDEVIDA EXIGÊNCIA DE POSTO DE COMBUSTÍVEL EM DESACORDO COM O OBJETO LICITADO

Ao analisar o instrumento convocatório, verifica-se a existência de exigência manifestamente incompatível com o objeto da contratação, notadamente no que se refere à obrigatoriedade de credenciamento de posto de combustível. Conforme dispõe o item 4.3.5 do edital:

> ***"4.3 DA REDE CREDENCIADA***
>
> *[...]*
>
> *4.3.5 Exigência mínima de Redes Credenciadas por ramo de atividade:*
>
> *01 (um) supermercado;*
>
> *01 (uma) mercearia ou mini mercado;*
>
> *01 (um) auto posto de combustível;*
>
> *01 (uma) padaria ou confeitaria;"*

www.neofacilidades.com.br
Alameda Rio Negro, 503 - Sala 1803
Alphaville Industrial, Barueri - SP - CEP: 06.454-000
(11) 3631-7730

Ocorre que, embora o edital exija a disponibilização de posto de combustível na rede credenciada, não há, em todo o instrumento convocatório, qualquer previsão quanto à contratação de serviços de abastecimento, tampouco definição de quantitativos, parâmetros de consumo, forma de execução ou critérios de precificação relacionados a esse tipo de serviço.

Em outras palavras, exige-se da licitante a demonstração de capacidade operacional para um serviço que não integra o objeto licitado.

Tal inconsistência revela flagrante afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, **uma vez que a Administração não pode exigir requisitos técnicos ou operacionais relacionadas a serviços que não integram o objeto licitado**, tampouco foram previamente definidos como requisitos contratuais.

Além disso, a ausência de qualquer parâmetro relacionado ao eventual fornecimento de combustível impede a adequada formulação das propostas, uma vez que não há como estimar custos, estruturar a rede credenciada ou avaliar riscos contratuais inerentes a um serviço sequer descrito no edital.

Esse cenário gera insegurança jurídica e compromete o julgamento objetivo das propostas, em afronta aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

> *"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)."*

Diante disso, impõe-se o esclarecimento quanto à natureza da referida exigência.

www.neofacilidades.com.br
Alameda Rio Negro, 503 - Sala 1803
Alphaville Industrial, Barueri - SP - CEP: 06.454-000
(11) 3631-7730

Caso se trate de requisito intencional, deverá a Administração promover a devida adequação do edital, com a inclusão de todas as informações necessárias à execução do serviço de abastecimento, especialmente no que se refere à estimativa de consumo, critérios de precificação e forma de operacionalização, devidamente fundamentadas em Estudo Técnico Preliminar.

Por outro lado, caso se trate de equívoco material, requer-se a imediata exclusão da exigência de credenciamento de posto de combustível, por absoluta ausência de pertinência com o objeto licitado, em observância aos princípios da legalidade, razoabilidade e competitividade.

3. DO PEDIDO

Pelo exposto, **requer**:

a) a imediata suspensão do Pregão Eletrônico para fins de retificação do edital que ora se impugna e sua superveniente publicação após sanados os vícios apontados, com observância do artigo 54 da Lei Federal n. 14.133/21;

b) caso não seja este o entendimento de Vossa Senhoria, sejam fornecidas cópias do processo administrativo, a fim de que a impugnante possa adotar as medidas cabíveis perante os órgãos de controle externo.

Termos em que pede deferimento.

Barueri, Estado de São Paulo, 30 de março de 2026.

GABRIELA KAUANE ZANARDO MARQUES

Assinado de forma digital por GABRIELA KAUANE ZANARDO MARQUES
Dados: 2026.03.30 12:17:57 -03'00'

NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS LTDA.

Gabriela Kauane Zanardo Marques

OAB/SP n°. 430.650

www.neofacilidades.com.br
Alameda Rio Negro, 503 - Sala 1803
Alphaville Industrial, Barueri - SP - CEP: 06.454-000
(11) 3631-7730

000325

JUCESP

17 02 23

JUCESP PROTOCOLO
0.382.367/23-6

6° INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

"NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIO LTDA"

CNPJ/MF nº 25.165.749/0001-10

NIRE 35601453386

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, o único sócio abaixo assinado:

JOÃO LUIS DE CASTRO, brasileiro, solteiro, nascido em 07.10.1980, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 33.028.861-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 221.353.808-57, residente e domiciliado na Rua Ulisses da Rocha Ventura, nr. 152 – Jardim Garcia em Campinas / SP., CEP 13.061-211

Único sócio da ***SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL*** com denominação social de **NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIO LTDA**, com sede na Alameda Rio Negro, nr.503, 18° andar- Sala 1803 – Alphaville Industrial em Barueri/ SP., CEP 06.454-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.165.749/0001-10, com seu instrumento de constituição arquivado na Junta Comercial de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35601453386, em sessão de 08/07/2016, e com sua Filial nr. 01 situada na Rua Guapuruvu, nr. 377 – Sala 12, Bairro Loteamento Alphaville Campinas em Campinas, estado de São Paulo – CEP. 13098-322 cujo ato constitutivo se encontra registrado na Junta Comercial de São Paulo sob NIRE 35905932454 e, em sessão de 19.09.2019, devidamente inscrita no CNPJ sob nr. 25.165.749/0002-09, resolve alterar o Ato Constitutivo da Empresa, que reger-se-á de acordo com os seguintes termos e condições.

DA CONSOLIDAÇÃO DIANTE DA TRANSFORMAÇÃO DE EIRELI PARA LTDA UNIPESSOAL

Cláusula Primeira – Diante da Transformação Automática para LTDA - ART. 41 DA LEI 14.195 DE 26/08/2021, feita em conjunto com a Jucesp – Junta Comercial do Estado e São Paulo e Receita Federal do Brasil, deseja o sócio consolidar o Contrato Social.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Segunda – Face as modificações havidas, o Sócio delibera consolidar o Contrato Social da referida Sociedade Limitada Unipessoal que passa a ter a seguinte redação:

JUCESP

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA UNIPESSOAL

NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIO LTDA

CNPJ/MF nº 25.165.749/0001-10

NIRE 35601453386

CAPÍTULO I
NOME EMPRESARIAL, SEDE, FORO, FILIAIS E OBJETIVOS

Cláusula 1ª.: - A **Sociedade Empresarial Limitada Unipessoal** funcionará sob o nome empresarial ***NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS LTDA***

Parágrafo Único*:** - O sócio único ***JOÃO LUIS DE CASTRO declara não participar de nenhuma outra empresa dessa natureza jurídica.

Cláusula 2ª.: - A empresa terá sua sede e foro na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nr. 503, 18° andar, sala 1803, bairro Alphaville Industrial, CEP 06454-000, podendo abrir e manter filiais, escritórios ou sucursais em qualquer parte do território nacional ou no exterior e desde que, agregados à matriz, contribuam para que sejam atingidos os objetivos sociais.

***Parágrafo Único*: - Filial 01 - Rua Guapuruvu, nr. 229 – 3° andar Sala 33/15 e 12, Bairro Loteamento Alphaville, Cidade de Campinas / estado de São Paulo – CEP 13.098-325, NIRE 35905932454 e CNPJ 25.165.749/0002-09.**

Cláusula 3ª.: - A empresa terá por objeto social: **consultoria e assessoria em gestão empresarial; administração de cartão de crédito e cartão convênio; emissão e administração de benefícios de vale-alimentação, vale-refeição, vale-transporte, vale-combustíveis; gerenciamento de manutenção preventiva, corretiva e similares de veículos automotores; monitoramento e rastreamento de veículos, bens e pessoas, assim como a gestão e controle de frotas e equipamentos; aluguel de equipamentos e periféricos para uso de cartão magnético e eletrônico; desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis sob encomenda ou não; participação em outras sociedades e exercício da atividade de arranjo de pagamento de compra e transferência, com conta de pagamento pré-paga e para uso doméstico, nos termos dos artigos 8º ao 10, do Regulamento Anexo à Circular 3.682/2016, do Banco Central do Brasil. Integram a atividade de arranjo de pagamento, (i) a prestação de serviços de gestão de moeda eletrônica depositada em conta de pagamento, na forma de carteira digital, inclusive para aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento, transferência originada de ou destinada a conta de pagamento, execução de remessa de fundos e conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica ou vice-versa; (ii) a emissão de instrumento de pagamento e administração de cartões de crédito,**

JUCESP

débito, convênio e serviços, de emissão própria ou emitidos por terceiros; e (iii) o credenciamento de estabelecimentos para a aceitação de instrumentos de pagamento, (iv) intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral exceto imobiliários.

CAPÍTULO II
INÍCIO, DURAÇÃO E ENCERRAMENTO DA EMPRESA

Cláusula 4ª.: - A empresa terá seu início na data do registro deste instrumento, sendo indeterminado o seu tempo de duração.

Cláusula 5ª.: - A empresa poderá além dos casos previstos em Lei ser dissolvida pelo sócio único.

Cláusula 6ª.: - Na hipótese de ser deliberada a dissolução da empresa, o sócio único fará levantar na época dos fatos, um balanço especial de encerramento sendo certo que após pagas as dívidas existentes, o saldo partível será ressarcido ao titular.

CAPÍTULO III
ADMINISTRAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E ATIVIDADE DO TITULAR

Cláusula 7ª.: - A empresa será administrada por (i) ***JOÃO LUIS DE CASTRO***, brasileiro, solteiro, maior, empresário, nascido em 07.10.1980, portador da cédula de identidade RG n° 33.028.861 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nr. 221.353.808-57, residente e domiciliado na cidade de Campinas/SP, na Rua Ulisses da Rocha Ventura, n° 152, Jardim Garcia, CEP 13.061-211, na qualidade de administrador, representar a empresa ativa e passivamente em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores "ad juditia" ou "ad negotia", desde que conste no instrumento os poderes delegados.

Cláusula 8ª.: - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à empresa, os atos dos diretores que envolverem – na em obrigações relativas aos negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como: avais, fianças, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando se referirem diretamente com os negócios sociais.

Cláusula 9ª.: - Fica expressamente proibido aos diretores aceitar e avalizar títulos, prestar fianças, oferecer garantias de qualquer espécie, mesmo em caráter particular, em negócios estranhos à empresa.

Cláusula 10ª.: - O mandato dos diretores será tempo indeterminado.

Cláusula 11ª.: - Ao titular é vedado o uso do nome empresarial em atos estranhos aos objetivos sociais, em benefícios próprio ou de terceiros, sejam fianças, avais, etc., respondendo o titular perante a empresa e perante terceiros, pelos atos que praticarem contrários ao presente dispositivo.

Cláusula 12ª.: - A políticas e procedimentos internos da empresa para controle e prevenção dos crimes previstos na Lei nr. 9.613, de 3 de março de 1998, deverão ser aprovadas pela Diretoria da empresa e observação as seguintes diretrizes: (i) elaborar um manual interno das políticas e procedimentos indicado as responsabilidades dos integrantes de cada nível

JUCESP

hierárquico da instituição, (ii) contemplar a coleta e registro de informações tempestivas sobre clientes, que permitam a identificação dos riscos de ocorrência da prática dos mencionados crimes, (iii) definir os critérios e procedimentos para seleção, treinamento e acompanhamento da situação econômico – financeira dos empregados da empresa, (iv) incluir a análise prévia de novos produtos e serviços, sob a ótica da prevenção dos mencionados crimes, e (v) receber ampla divulgação interna.

***Parágrafo Único*: -** Os procedimentos internos devem incluir medidas prévias e expressamente estabelecidas que permitam confirmar as informações cadastrais dos clientes e identificar os benefícios finais das operações e possibilitar a caracterização ou não de clientes como pessoas politicamente expostas.

Cláusula 13ª.: - A empresa deve observar política de governança, aprovada pela diretoria, que aborde os aspectos relativos ao gerenciamento de riscos, gestão de patrimônio e à preservação do valor e da liquidez das moedas eletrônicas emitidas.

***Parágrafo Único*: -** A política de governança da empresa deve ser adequadamente documentada e submetida a revisões anuais, com a documentação mantida à disposição do Banco Central do Brasil, definir atribuições e responsabilidades, e garantir a independência das atividades e gerenciamento de riscos, inclusive mediante segregação entre a área operacional e a de gestão de risco.

CAPÍTULO IV
CAPITAL SOCIAL E RESPONSABILIDADE DO TITULAR

Cláusula 14ª.: - O capital social da empresa será de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), totalmente integralizado em moeda corrente deste pais e em reserva de lucro da empresa, detido em sua totalidade, pelo seu sócio único ***JOÃO LUIS DE CASTRO.***

***Parágrafo Primeiro*: -** A responsabilidade do sócio único é restrita ao valor do capital social, sendo que este não responde subsidiariamente pelas obrigações sociais, mas responde pela integralização do capital social.

***Parágrafo Segundo*: -** Os recursos mantidos nas contas de pagamentos, nos termos do art. 12 da Lei 12.865/2013: (i) constituem patrimônio separado, que não se confunde com o da empresa, (ii) não respondem direta ou indireta por nenhuma obrigação da empresa, nem podem ser objeto de arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer outro ato de constrição judicial em função de débitos de responsabilidade da empresa, (iii) não podem ser dados em garantia de débitos assumidos pela empresa, e (iv) não compõem o ativo da empresa, para efeito de falência ou liquidação judicial ou extrajudicial.

CAPÍTULO V
ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO E REMUNERAÇÃO DO TITULAR

Cláusula 15ª.: - O exercício social findar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, e é facultado à empresa levantar mensalmente ou a qualquer tempo balanço com apuração de resultados, sendo certo que os lucros ou prejuízos serão distribuídos ou suportados pelo titular.

Cláusula 16ª.: - O sócio único poderá ter uma retirada mensal a titulo de pró-labore, dentro dos limites da legislação do imposto de renda e da capacidade financeira da empresa.

JUCESP

CAPÍTULO VI
CESSÃO DE QUOTAS, RETIRADA E FALECIMENTO

Cláusula 17ª.: - As quotas sociais poderão ser vendidas, cedidas ou transferidas, observadas as disposições legais e do presente instrumento, e são impenhoráveis, não podendo ser objeto de liquidação, execução ou para garantir obrigações do titular.

Cláusula 18ª.: - O falecimento do sócio único não implicará na dissolução da empresa, continuando a existir com os herdeiros legais do falecido, mediante alvará judicial ou formal de partilha, por sentença judicial ou escritura pública.

***Parágrafo Primeiro*:** - Havendo mais de um herdeiro para admissão na empresa, essa será transformada em Sociedade Empresária Limitada.

***Parágrafo Segundo*:** - Em não havendo interesse dos herdeiros em continuar com a empresa, esta entrará em liquidação.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 19ª.: - O presente contrato poderá ser alterado no todo ou em parte por deliberação do titular.

Cláusula 20ª.: - Os casos omissos no presente instrumento serão resolvidos pelas disposições legais aplicáveis à espécie vigente à época dos fatos.

Cláusula 21ª.: - Os diretores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica ou a propriedade.

Cláusula 22ª.: - Foro competente deste contrato é o da Cidade da Comarca de Campinas(SP), excluindo-se de quaisquer outros foros por mais privilegiados que sejam.

JUCESP

17/02/23

E por estar justo e acertado, o sócio único e os diretos eleitos assinam a presente alteração do contrato social em 03 (três) vias de igual teor, para que sejam produzidos os seus efeitos jurídicos, fáticos e legais. Campinas/SP, 01 de fevereiro de 2023.

JOÃO LUIS DE CASTRO
RG: 33.028.861 SSP/SP / CPF/MF 221.353.808-57
OAB 248871/SP
Sócio Administrador

Testemunhas:

1. Ana C. P. Scarassati
Nome: Ana Carolina Prado Scarassati
RG: 34833572 SSP/SP
CPF/MF: 217.063.868-77

2. _____
Nome: Felipe Veronez de Souza
RG: MG152.94963
CPF/MF: 080.281.806-47

JUCESP
17 FEV. 2023
SINCOMERCIO SOROCABA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
52.139/23-2
JUCESP

PROCURAÇÃO *AD JUDICIA*

NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n. 25.165.749/0001-10, com endereço à Alameda Rio Negro, n. 503, sala 1803, Alphaville, CEP 06454-000, Barueri, Estado de São Paulo, endereço eletrônico *licitacao@neofacilidades.com.br*, telefone (11) 3631-7730, doravante simplesmente designada como "Outorgante", nomeia e constitui como seu procurador, doravante simplesmente designado como "Outorgado", o senhor **RODRIGO RIBEIRO MARINHO**, advogado regularmente inscrito no Conselho Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil sob n. 385.843, ambos com endereço profissional na sede da Outorgante.

Poderes conferidos: a Outorgante confere ao Outorgado os poderes gerais para o foro (cláusula *ad judicia* e *ad judicia et extra)*, especialmente para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração, bem como praticar todos os demais atos que se fizerem necessários para o cabal desempenho das atribuições que ora lhe são conferidas.

Substabelecimento de poderes: os poderes aqui outorgados poderão ser substabelecidos, no todo ou em parte, a favor de terceiros, conforme a conveniência. O presente instrumento terá validade de 01 (um) ano a partir de sua assinatura.

Barueri, Estado de São Paulo, 02 de outubro de 2025.

NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS LTDA

João Luís de Castro - Representante Legal

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Luis De Castro.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DB70-CFCE-FC46-4C1C.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Luis De Castro.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DB70-CFCE-FC46-4C1C.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DB70-CFCE-FC46-4C1C ou vá até o site https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DB70-CFCE-FC46-4C1C

Hash do Documento

3C4CBCA3F678F2E4583C80BA8C86BC47B0802523A89AAEB45FFC5EDF4505B715

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/10/2025 é(são) :

☑ Joao Luis De Castro (Signatário) - em 02/10/2025 09:45 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento particular de substabelecimento, **RODRIGO RIBEIRO MARINHO,** advogado regularmente inscrito no Conselho Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil sob n. 385.843, com endereço profissional na Alameda Rio Negro, n. 503, sala 1803, Alphaville, CEP 06454-000, Barueri, Estado de São Paulo, **SUBSTABELECE**, com reserva de poderes, a advogada **GABRIELA KAUANE ZANARDO MARQUES**, inscrita no Conselho Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil sob n. 430.650, poderes esses que lhes foram conferidos por **NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS LTDA**. Poderes conferidos: poderes gerais para o foro (cláusula ad judicia e ad judicia et extra), especialmente para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração, bem como praticar todos os demais atos que se fizerem necessários para o cabal desempenho das atribuições que ora lhe são conferidas.

Barueri, Estado de São Paulo, 02 de outubro de 2025.

NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS LTDA.

Rodrigo Ribeiro Marinho

OAB/SP 385.843

Assinado Digitalmente

Este documento foi assinado digitalmente por Rodrigo Ribeiro Marinho.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 2831-1806-6D3D-6E99.

Este documento foi assinado digitalmente por Rodrigo Ribeiro Marinho.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 2831-1806-6D3D-6E99.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2831-1806-6D3D-6E99 ou vá até o site https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2831-1806-6D3D-6E99

Hash do Documento

E19C0DA8D76993D8F05F216CC2D8105C69C0F4237D72D4299F085B3D1F5C3C00

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/10/2025 é(são) :

☑ **Nome no certificado:** Rodrigo Ribeiro Marinho em 02/10/2025 10:42 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

006335

ILUSTRE SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE – ESTADO DO PARANÁ.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 84/2026
UASG: 926478

NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n. 25.165.749/0001-10, com endereço à Alameda Rio Negro, n. 503, sala 1803, Alphaville, CEP 06454-000, Barueri, Estado de São Paulo, endereço eletrônico *juridico@neofacilidades.com.br*, telefone (11) 3631-7730, comparece perante Vossa Senhoria, muito respeitosamente, por seu procurador ao final subscrito, para **apresentar**

IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL

o que faz com esteio na Lei Federal n. 14.133/21, com base nos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos.

www.neofacilidades.com.br
Alameda Rio Negro, 503 - Sala 1803
Alphaville Industrial, Barueri - SP - CEP: 06.454-000
(11) 3631-7730

1. FATOS

A Prefeitura Municipal São Jorge D'Oeste/PR publicou o comentado edital com o fim de promover a *"Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e fornecimento de cartão com chip eletrônico de segurança ou tarja magnética, com senha individual, que realize captura, roteamento, transmissão e processamento de transações financeiras na função débito, com a finalidade de ser utilizado pelos funcionários públicos para uso do benefício do vale alimentação pago em conformidade com a Lei Municipal nº 1.177/2025, pelo Município de São Jorge D'Oeste/PR."*

Todavia, ao delimitar o conjunto de regras que compõem a estrutura do certame, o órgão contratante estabeleceu uma exigência completamente desconectada do objeto licitado, o que torna a cláusula ilegal e compromete a formulação de proposta, e, portanto, violam frontalmente um dos princípios basilares das licitações públicas, como o da busca da proposta mais vantajosa.

2. FUNDAMENTOS

2.1 – DA INDEVIDA EXIGÊNCIA DE POSTO DE COMBUSTÍVEL EM DESACORDO COM O OBJETO LICITADO

Ao analisar o instrumento convocatório, verifica-se a existência de exigência manifestamente incompatível com o objeto da contratação, notadamente no que se refere à obrigatoriedade de credenciamento de posto de combustível. Conforme dispõe o item 4.3.5 do edital:

> ***"4.3 DA REDE CREDENCIADA***
>
> *[...]*
>
> *4.3.5 Exigência mínima de Redes Credenciadas por ramo de atividade:*
>
> *01 (um) supermercado;*
>
> *01 (uma) mercearia ou mini mercado;*
>
> *01 (um) auto posto de combustível;*
>
> *01 (uma) padaria ou confeitaria;"*

www.neofacilidades.com.br
Alameda Rio Negro, 503 - Sala 1803
Alphaville Industrial, Barueri - SP - CEP: 06.454-000
(11) 3631-7730

Ocorre que, embora o edital exija a disponibilização de posto de combustível na rede credenciada, não há, em todo o instrumento convocatório, qualquer previsão quanto à contratação de serviços de abastecimento, tampouco definição de quantitativos, parâmetros de consumo, forma de execução ou critérios de precificação relacionados a esse tipo de serviço.

Em outras palavras, exige-se da licitante a demonstração de capacidade operacional para um serviço que não integra o objeto licitado.

Tal inconsistência revela flagrante afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, **uma vez que a Administração não pode exigir requisitos técnicos ou operacionais relacionadas a serviços que não integram o objeto licitado**, tampouco foram previamente definidos como requisitos contratuais.

Além disso, a ausência de qualquer parâmetro relacionado ao eventual fornecimento de combustível impede a adequada formulação das propostas, uma vez que não há como estimar custos, estruturar a rede credenciada ou avaliar riscos contratuais inerentes a um serviço sequer descrito no edital.

Esse cenário gera insegurança jurídica e compromete o julgamento objetivo das propostas, em afronta aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

> *"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)."*

Diante disso, impõe-se o esclarecimento quanto à natureza da referida exigência.

www.neofacilidades.com.br
Alameda Rio Negro, 503 - Sala 1803
Alphaville Industrial, Barueri - SP - CEP: 06.454-000
(11) 3631-7730

Caso se trate de requisito intencional, deverá a Administração promover a devida adequação do edital, com a inclusão de todas as informações necessárias à execução do serviço de abastecimento, especialmente no que se refere à estimativa de consumo, critérios de precificação e forma de operacionalização, devidamente fundamentadas em Estudo Técnico Preliminar.

Por outro lado, caso se trate de equívoco material, requer-se a imediata exclusão da exigência de credenciamento de posto de combustível, por absoluta ausência de pertinência com o objeto licitado, em observância aos princípios da legalidade, razoabilidade e competitividade.

3. DO PEDIDO

Pelo exposto, **requer**:

a) a imediata suspensão do Pregão Eletrônico para fins de retificação do edital que ora se impugna e sua superveniente publicação após sanados os vícios apontados, com observância do artigo 54 da Lei Federal n. 14.133/21;

b) caso não seja este o entendimento de Vossa Senhoria, sejam fornecidas cópias do processo administrativo, a fim de que a impugnante possa adotar as medidas cabíveis perante os órgãos de controle externo.

Termos em que pede deferimento.

Barueri, Estado de São Paulo, 30 de março de 2026.

GABRIELA KAUANE ZANARDO MARQUES

Assinado de forma digital por GABRIELA KAUANE ZANARDO MARQUES
Dados: 2026.03.30 12:17:57 -03'00'

NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS LTDA.

Gabriela Kauane Zanardo Marques

OAB/SP n°. 430.650

www.neofacilidades.com.br
Alameda Rio Negro, 503 - Sala 1803
Alphaville Industrial, Barueri - SP - CEP: 06.454-000
(11) 3631-7730

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

000339

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO 90015/2026 2574924

De Ana Paula <anapaula@licitacaogc.com.br>
Para licitacao@pmsjorge.pr.gov.br <licitacao@pmsjorge.pr.gov.br>
Data 31/03/2026 10:35

ImpugnaçãoSJD.pdf (~267 KB)

Senhores, bom dia.

Segue anexa impugnação ao edital, solicita apreciação.

att;

ECX pay

AO ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE

Ref.: PREGÃO ELETRONICO Nº 90015/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2026

ECX PAY LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº **48.407.842/0001-99**, com sede estabelecida na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1811, bairro Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.571-000, com endereço eletrônico **contato@licitacaogc.com.br**, por intermédio de seu procurador constituído, o Sr. **JOÃO HENRIQUE INNECO BORGES DE ANDRADE SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº **15.816.772** expedida pela SSP/MG e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº **702.369.366-11**, vem, tempestivamente, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, com fulcro no Art. 164 da Lei nº 14.133/2021, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

1. DA TEMPESTIVIDADE

O Edital prevê a abertura da sessão para o dia 06/042026. Protocolada nesta data (31/03/2026), a presente impugnação respeita o prazo de 3 (três) dias úteis previsto no item 3.1 do instrumento convocatório.

2. DO MÉRITO: DA IRREGULARIDADE DA TAXA NEGATIVA (REBATE)

O presente edital adota como critério de julgamento o **Menor Percentual de Taxa Administrativa**. Ocorre que, na prática de mercado de benefícios (auxílio-alimentação), a aceitação de taxas negativas ou "taxa zero" tem sido objeto de severas restrições legais e doutrinárias.

Embora o edital possa não fazer menção direta ao PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), a **Lei nº 14.133/2021**, que rege este certame (conforme preâmbulo), trouxe uma proibição absoluta e inafastável para contratos desta natureza.

Dispõe o **Art. 82, § 9º** da referida Lei:

> *"§ 9º No caso de licitação para contratação de serviços de auxílio-alimentação [...], o edital deverá:* [...] *II - **vedar que a contratada ofereça vantagem de qualquer natureza à administração pública**, inclusive na forma de descontos sobre o valor contratado, de prazos de carência, de prazos de pagamento ou de outras verbas, benefícios ou vantagens de qualquer natureza estranhas ao objeto contratado."*

Ao estabelecer o julgamento pelo "maior desconto" sobre a taxa de administração, o Edital induz e obriga as licitantes a ofertarem taxas negativas (vantagem financeira direta à Administração), o que é **expressamente proibido** pelo texto legal acima citado.

ECX pay

Além disso, também **viola frontalmente a Lei Federal nº 14.442/2022**, que alterou a sistemática do auxílio-alimentação. O Art. 3º, §3º da referida Lei dispõe:

> *"Art. 3º [...] § 3º Nas contratações de que trata o caput, a pessoa jurídica contratada para o fornecimento do auxílio-alimentação, na forma de cupons, vales, cartões eletrônicos ou outros meios equivalentes,* ***não poderá exigir ou receber qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado, inclusive sob a forma de taxa ou glosa negativa****, ou qualquer benefício direto ou indireto que não esteja vinculado diretamente à execução do serviço, sob pena de nulidade da cláusula e aplicação das sanções cabíveis."*

O modelo de "taxa negativa" (onde a empresa paga para prestar o serviço) é economicamente insustentável sob a ótica da prestação de serviço pura e simples. Para compensar o valor "doado" à Administração, a empresa vencedora é compelida a:

1. **Majorar as taxas cobradas da rede credenciada** (mercados, padarias e restaurantes de Dona Euzébia);
2. **Retardar o repasse dos pagamentos** aos comerciantes locais.

Essa prática gera um efeito dominó perverso: o comerciante local, sufocado por taxas de serviço que chegam a 10% ou 15% para cobrir o "desconto" dado à prefeitura, acaba por descredenciar-se ou repassar o custo ao preço dos alimentos. No limite, o servidor público (destinatário final do benefício) é quem arca com o ônus, encontrando uma rede credenciada restrita ou preços inflacionados.

Portanto, a taxa negativa fere o **Princípio da Seleção da Proposta mais Vantajosa** (Art. 11, inciso I, da Lei 14.133/2021), pois a economia aparente na taxa de administração resulta em prejuízo direto à eficiência da política pública de alimentação.

Ademais, a Lei Federal nº 14.442/2022, que dispõe sobre o pagamento de auxílio-alimentação, reforça em seu Art. 3º, § 3º, a proibição de que as operadoras ofereçam qualquer tipo de **"rebate"** (desconto) ou vantagem direta ao empregador.

Embora o Município possa alegar autonomia, as normas que regem o equilíbrio econômico-financeiro e a natureza do auxílio-alimentação são de competência legislativa da União (Normas Gerais), devendo ser observadas por todos os entes federados. A manutenção da taxa negativa no edital configura, portanto, um descumprimento direto de um sistema normativo desenhado para garantir que 100% do recurso público chegue ao prato do servidor.

O Tribunal de Contas da União já se manifestou de forma definitiva sobre o tema, apontando que a aceitação de taxas negativas nas licitações de cartões-alimentação sob a égide da Lei 14.133/2021 é **irregular**. O entendimento é que tal prática configura proposta simbólica ou

irrisória, o que é vedado pelo Art. 59, inciso IV, da NLLC, por colocar em risco a execução contratual.

3. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES, TRANSPARÊNCIA E MORALIDADE ADMINISTRATIVA

O Princípio da Transparência (Art. 5º da Lei 14.133/2021) exige que todos os elementos que compõem o preço e o lucro da contratada sejam passíveis de aferição. Quando uma empresa oferta uma **taxa negativa**, ela está declarando que terá um prejuízo operacional na prestação do serviço contratado pela Prefeitura.

Contudo, é evidente que nenhuma empresa privada sobrevive de prejuízos. A receita que sustenta tal proposta é **oculta e externa ao contrato**, provindo de taxas de serviço elevadas cobradas dos estabelecimentos credenciados (supermercados locais) ou de rendimentos financeiros sobre o saldo dos servidores.

Ao aceitar esse modelo, a Administração Pública compactua com uma estrutura de custos "em nuvens", onde não se sabe qual é a margem real da empresa, violando o dever de transparência sobre o equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

O Princípio da Segregação de Funções (Art. 7º, § 1º da Lei 14.133/2021) visa evitar que uma mesma estrutura controle todas as etapas de um processo que possa gerar conflito de interesses. No caso da taxa negativa, ocorre uma distorção grave:

- **O conflito:** A operadora do cartão assume o papel de "financiadora" da Prefeitura (ao dar o desconto/taxa negativa), mas recupera esse valor exercendo um poder de monopólio sobre os comerciantes locais que desejam aceitar o cartão.
- **A consequência:** A Administração perde o controle sobre a qualidade do serviço. Como a empresa "paga para estar ali", ela se sente no direito de compensar suas perdas impondo condições leoninas aos credenciados. A Prefeitura, ao aceitar a taxa negativa, torna-se "refém" de um modelo onde a empresa vencedora precisa, obrigatoriamente, explorar terceiros (comerciantes e servidores) para tornar o contrato viável.

A aceitação de vantagens financeiras laterais (como o desconto sobre o benefício) foi o que motivou o legislador a redigir o **Art. 82, § 9º, inciso II**. Historicamente, o mercado de cartões utilizava a taxa negativa como um "pedágio" para ganhar licitações, compensando o valor com a retenção indevida de prazos de pagamento aos supermercados.

Manter este critério no Edital nº 008/2026 afronta o **Princípio da Moralidade**, pois utiliza o processo licitatório para obter uma vantagem financeira direta (o desconto na taxa) que, na

ECX pay

prática, é subsidiada pelo setor comercial local, gerando um enriquecimento sem causa da Administração em detrimento da sustentabilidade do comércio regional.

O fiscal do contrato não terá meios de aferir a saúde financeira da execução se a planilha de custos da contratada for fictícia (com taxas negativas). Se a empresa começar a atrasar os repasses aos supermercados de Dona Euzébia, a Prefeitura terá dificuldade em exigir o cumprimento, pois a empresa alegará que o contrato já é deficitário devido à taxa ofertada. A transparência exige que o lucro seja declarado e lícito, e não derivado de engenharias financeiras ocultas que a Lei 14.133/2021 visou banir.

4. DA INEXEQUIBILIDADE E DO RISCO À REDE CREDENCIADA

A taxa de administração visa remunerar os custos operacionais da empresa (emissão de cartões, manutenção de sistema, suporte 24h, credenciamento de rede). Quando uma licitante oferta uma **taxa negativa**, ela apresenta uma proposta de valor inferior a zero para o serviço prestado.

Tal prática configura **proposta simbólica, irrisória ou de valor zero**, o que é expressamente vedado pelo **Art. 59, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**. A lei estabelece que devem ser desclassificadas as propostas cujos valores sejam incompatíveis com os custos dos serviços. Se a empresa "paga para trabalhar" junto à Prefeitura, resta comprovado que o contrato, por si só, é inexequível, dependendo de receitas acessórias predatórias para se sustentar.

Como não há "almoço grátis" na economia de mercado, o valor que a contratada deixa de receber da Prefeitura (devido ao desconto/taxa negativa) será obrigatoriamente recuperado através da **majoração das taxas de desconto cobradas dos estabelecimentos comerciais** (supermercados, padarias e mercearias) de Dona Euzébia e região.

- **Risco de Descredenciamento:** Taxas abusivas impostas pelas operadoras (muitas vezes chegando a 10% ou 12% para compensar o rebate dado ao órgão público) tornam inviável a aceitação do cartão pelo pequeno comerciante local.
- **Prejuízo ao Servidor (Destinatário Final):** Com a redução da rede credenciada, o servidor perde o direito de escolha e a conveniência. Além disso, os estabelecimentos que permanecem na rede tendem a repassar esse custo extra para o preço dos produtos, reduzindo o poder de compra real do auxílio-alimentação.

A finalidade do benefício é garantir a segurança alimentar do servidor. O **Art. 11, inciso I, da Lei 14.133/2021** impõe que a licitação deve selecionar a proposta que assegure o "resultado mais vantajoso".

Uma proposta que economiza alguns reais em taxa de administração para os cofres públicos, mas que destrói a rede de aceitação e inflaciona o preço do alimento para o servidor, **não é**

ECX pay

vantajosa. É, em verdade, uma prática antieconômica que desvirtua a função social do contrato administrativo.

É imperativo destacar que a **Lei nº 14.442/2022**, em seu Art. 3º, § 3º, proibiu o "rebate" (desconto) justamente por reconhecer que essa prática prejudica a rede de estabelecimentos e encarece o custo da alimentação para o trabalhador. Ao manter o critério de "maior desconto", o Edital nº 008/2026 caminha na contramão da proteção ao trabalhador e da sustentabilidade do comércio local, princípios estes que devem nortear a atuação da Administração Pública.

5. DA CONCLUSÃO E DOS PEDIDOS

Ex positis, resta sobejamente demonstrado que o Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2026, ao adotar o critério de "maior desconto sobre a taxa de administração", incorre em vício de ilegalidade insanável, por violar frontalmente o **Art. 82, § 9º, inciso II da Lei nº 14.133/2021**, bem como os preceitos de ordem pública estabelecidos na **Lei nº 14.442/2022**.

A manutenção da taxa negativa não representa uma economia real para o erário, mas sim um artifício econômico que transfere o ônus da contratação para o comércio local e prejudica a finalidade social do auxílio-alimentação do servidor municipal, ferindo o **Princípio da Seleção da Proposta mais Vantajosa** e o **Princípio da Moralidade Administrativa**.

Ademais, a aceitação de propostas com valor zero ou negativo configura a admissão de preços inexequíveis e simbólicos, vedados pelo **Art. 59, inciso IV da NLLC**, o que compromete a segurança jurídica e a continuidade da prestação dos serviços.

Ante o exposto, esta Impugnante **REQUER**:

1. **O RECEBIMENTO** da presente impugnação, por ser tempestiva e preencher os requisitos legais;

2. **O ACOLHIMENTO INTEGRAL** dos argumentos aqui expendidos, para que seja declarada a ilegalidade do critério de julgamento baseado em "maior desconto" (taxa negativa);

3. **A IMEDIATA RETIFICAÇÃO DO EDITAL**, fazendo constar a proibição expressa de oferta de taxa de administração negativa ou zero, em estrito cumprimento ao disposto no Art. 82, § 9º, II da Lei 14.133/2021;

4. **A REPUBLICAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**, com a consequente reabertura de todos os prazos legais para a apresentação de propostas, nos termos do Art. 55, § 1º da Lei 14.133/2021, garantindo-se assim a ampla competitividade e a lisura do certame.

ECX pay

Por fim, ressalta-se que a continuidade do certame com os vícios apontados poderá ensejar a provocação dos órgãos de controle externo (**Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE/MG**) e do Ministério Público, visando resguardar o patrimônio público e o interesse dos servidores municipais.

Termos em que, Pede Deferimento.

São Paulo/SP, 31 de março de 2026.

J Henrique Inneco Silva

ECX PAY LTDA
CNPJ sob n° 48.407.842/0001-99,
JOÃO HENRIQUE INNECO B DE ANDRADE SILVA
(procurador)
CPF n° 702.369.366-11

Decisão Administrativa n.º 002/2026
Processo n.º 84/2026 – Pregão Eletrônico n.º 90015/2026
Impugnante: ECX PAY LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada na administração, gerenciamento e Fornecimento de cartão com chip eletrônico de segurança ou tarja magnética, com senha individual, que realize captura, roteamento, transmissão e processamento de transações financeiras na função débito, com a finalidade de ser utilizado pelos funcionários públicos para uso do benefício do vale alimentação pago em conformidade com a Lei Municipal nº 1.177/2025, pelo Município de São Jorge D'Oeste/PR.

I. DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação tempestiva interposta pela empresa: **ECX PAY LTDA**, protocolada em 31/03/2026 às 10h35, acolhida no email *liciatacao@pmsjorge.pr.gov.br*, alegando sobretudo, que o critério de julgamento: valor da taxa de administração, que no caso em tela, do vencedor espera-se o "maior desconto", admitindo para tanto "taxa negativa", é manifestadamente irregular, colocando o Edital do Pregão Eletrônico n.º 90015/2026, na condição conflitante aos pressupostos do Art 82 da Lei n.º 14.133/2021, bem como de diversos príncipios, quer sejam do procedimento licitatório, ou então aqueles da prática mercadológica. A impugnante, no item 5 do seu relatório, especificamente no subitem numerado 3, **REQUER** "*a imediata retificação do edital, fazendo constar a proibiçaõ expressa da oferta de taxa de administração negativa ou zero*".

II. DA ANÁLISE PRELIMINAR DO RELATÓRIO APRESENTADO PELA IMPUGNANTE

Da tempestividade:

Acolhe-se o presente pedido de Impugnação, diante da sua tempestividade, ou seja, apresentado nos termos prescritos no Art 164 da Lei n.º 14.133/2021, assim como espelhado no **caput** e no §1º do Art. 116 do Decreto Municipal n.º 3.927/2023, o qual regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 a nível municipal.

Das inconsistências substânciais:

No presente pedido de Impugnação, no item 5 (DA CONCLUSÃO E DOS PEDIDOS), o impugnante reporta-se ao *"Edital do Pregão Eletrônico n° 008/2026"*. Destaca-se ainda, que tal referência já havia sido atribuída no §6° (sexto) do item 3 (VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES, TRANSPARÊNCIA E MORALIDADE ADMINISTRATIVA).

Por conseguinte, resta imcompreesível a este Pregoerio, uma vez que esta municipalidade promoveu um Pregão Eletrônico com esta numeração, de modo que, o Pedido de Impugnação deve ser claro e objetivo na qualificação do Edital ao qual se pretende impugnar, logo, isto que não está a luz por este instrumento.

III. DA FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA

Contudo, a título de esclarecimento, na aplicação da Lei n.º 14.442/2022, quanto às condições de disponibilização do benefício auxílio-alimentação, tal assunto, é alvo do Prejulgado nº 34, Tribunal Pleno TCE/PR, assim destaca-se:

> **Orgão Colegiado de Origem**: Tribunal Pleno.
> **Assunto**: aplicabilidade da restrição contida no artigo 3º da Lei n° 14.442/22 no âmbito da Administração Pública. Possibilidade, ou não, de adoção de taxas de administração negativas em processos licitatórios envolvendo a contratação de empresas especializadas na gestão e fornecimento, por cartões ou instrumentos congêneres, de benefícios de auxílio-alimentação.
>
> **Autuação do Prejulgado**: Protocolo nº 372431/22.
> **Relator**: Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares.
> **Protocolo nº**: 89789/23.
> **Decisão**: Acórdão nº 1053/24 - Tribunal Pleno.
> **Sessão**: Sessão Ordinária do Tribunal Pleno nº 7 (Virtual), de 25/04/24.
> **Publicação**: DETC n.º 3200 de 02/05/2024

Em diligência, certifica-se (conforme anexo) que o Município de São Jorge D'Oeste, não possui em seu quadro de colaboradores, funcionários públicos, contratados por regime celetista (CLT), aos quais o voto Relator do Prejulgado nº 34 alcança, como se vê:

> "A proibição estabelecida no art. 3º, I e III, da Lei 14.442/22 aplica-se apenas aos órgãos e entidades da Administração Pública cujo quadro de pessoal seja formado por empregados públicos, submetidos ao regime celetista, ficando vedada, por conseguinte, nesses casos, a aceitação de taxas de administração negativas em licitações para a contratação de pessoas jurídicas para o gerenciamento e fornecimento de auxílio-alimentação por meio de cartões ou instrumento congênere".

Outrossim, afirma-se que todos os beneficiários do auxílio-alimentação, quantitativo de cartões, solicitados no pretenso certame: Pregão Eletrônico nº 90015/2026, atenderão exclusivamente servidores públicos (regime estatutário), conforme certidão emitida pelo Departamento de Recursos Humanos e anexa a este documento.

Sendo assim, prevalece o estabelecido igualmente por aquele Relator, e expresso no mesmo Prejulgado, a saber:

> "Quanto aos demais entes da Administração Pública, que concedem o auxílio alimentação ou benefício de nomenclatura similar com base em previsão estatutária, não se aplica a restrição do art. 3º, I e III, da Lei 14.442/2022, admitindo-se a taxa de administração negativa nas respectivas licitações para este objeto."

IV. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, e no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei nº 14.133/2021:

- CONHEÇO da impugnação, pois tempestiva;

- No mérito, DOU-LHE **INDEFERIMENTO**, por não apresentar instrumento adequado, ainda que seja possível perceber a intenção dos argumentos, reafirmando que a alegação de que o critério de julgamento é ineficiente e até mesmo antieconômico, não procede. A adoção deste critério está respaldada em acórdão (Acórdão nº 1053/24 - Tribunal Pleno/TCE.PR) do controle externo da Administração pública.

- DETERMINO A CONTINUIDADE, do rito normal para a realização do Pregão Eletrônico nº 90015/2026, conforme já publicado.

Publique-se e intime-se.

São Jorge d'Oeste, 01 de abril de 2026.

Clodoaldo Blank

Agente de Contratações/Pregoeiro
Portaria nº 3.134/2026

ANEXO

MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
Estado do Paraná
www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ 76.995.380/0001-03

São Jorge d'Oeste, 27 de Março de 2026.

CERTIDÃO:

Certifico, para os devidos fins, que, após verificação junto ao setor competente desta Prefeitura Municipal, constatou-se que o único vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) existente atualmente corresponde a contrato de **Menor Aprendiz**.

Certifico, ainda, que os empregados enquadrados na condição de Menor Aprendiz **não recebem o benefício de vale-alimentação**, conforme as normas e políticas internas vigentes deste Município.

Por ser verdade, firmo a presente certidão para que produza os efeitos legais necessários.

Por ser expressão da verdade, dato e assino a presente Certidão, para que possa produzir os legais e jurídicos efeitos.

Alceu Antonio Bordignon

ALCEU ANTONIO BORDIGNON
Recursos Humanos - Matrícula nº 1512/1

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

000330

Re: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026 | MUNICIPIO DE SAO JORGE D OESTE - PR

De Licitação PMSJorge <licitacao@pmsjorge.pr.gov.br>
Para Andreia Lopes <andreia.lopes@neofacilidades.com.br>
Data 06/04/2026 14:10

Boa tarde,

segue o link para as consulta dos documentos solicitados

https://drive.google.com/drive/folders/18A-v4eImM58EuRClZmCeO2UPYtTz-LRH

Clodoaldo Blank/ Pregoeiro

Em 06/04/2026 11:31, Andreia Lopes escreveu:

> Prezados, bom dia.
>
> Referente ao Pregão nº 90015/2026, vimos, respeitosamente, solicitar a disponibilização dos documentos de habilitação/proposta apresentados pela empresa vencedora.
>
> Conforme acompanhado durante o certame, os referidos documentos foram encaminhados por e-mail, não estando disponíveis no sistema para consulta.
>
> Dessa forma, para fins de transparência e análise, solicitamos a gentileza de disponibilizá-los aos demais participantes.
>
> Desde já, agradecemos pela atenção e ficamos no aguardo.
>
> Atenciosamente,
>
> neo facilidades e benefícios
> as **maiores facilidades**
> os **melhores benefícios**
>
> **Andreia Lopes**
> Licitação
> (19) 3116-3400 | (19) 98414-6711
> Alameda Rio Negro, 503 - Sala 1803 - Alphaville - Barueri/SP

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

pédido de impugnação

De Licitação Rondon <licitacaorondon@gimave.com.br>
Para <licitacao@pmsjorge.pr.gov.br>
Data 01/04/2026 21:45

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a),

GIMAVE MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA, devidamente inscrito(a) no CNPJ 05.989.476/0001-10, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, impugnar o edital do Pregão Eletrônico nº 90015/2026, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos.

Fundamentação

De acordo com a Lei nº 14.442/2022, em seu art. 3º, é expressamente vedada a adoção de qualquer prática de "deságio na contratação de vales refeição e alimentação ou taxa de administração negativa aplicada sobre o valor dos referidos benefícios". Tal dispositivo visa garantir que o valor destinado ao benefício ao trabalhador chegue integralmente ao beneficiário, vedando práticas que possam diminuir esse valor por meio de taxas negativas ou descontos excessivos.

No presente edital, há previsão ou possibilidade de cobrança de taxas de administração negativas ou de descontos que possam representar um deságio ou um valor inferior ao inicialmente previsto, prática essa que viola a referida legislação, podendo configurar irregularidade na contratação pública.

Pedido

Diante do exposto, requer-se:

a) A Vossa Senhoria análise e retire do edital qualquer previsão que enseje a cobrança de taxa de administração negativa ou prática equivalente, de modo a atender às disposições da Lei nº 14.442/2022;

b) Caso já conste alguma previsão neste sentido, sua exclusão imediata do edital;

c) A manifestação formal acerca desta impugnação dentro do prazo estabelecido, para que seja garantido o princípio da legalidade na contratação pública.

Termos em que Pede deferimento.

Cascavel PR 01 de abril de 2026.

GIMAVE MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA

AVISO LEGAL: As informações contidas nesta mensagem e em seus anexos podem ser pessoais e confidenciais sendo seu compartilhamento proibido, seu sigilo protegido por lei e seu uso autorizado somente para os fins especificados. Após cessar sua finalidade os dados deverão ser excluídos permanentemente. Se você recebeu essa mensagem por engano, por favor, responda imediatamente para que possamos garantir que essa falha não aconteça novamente, e depois exclua a mensagem recebida para que possamos garantir o seu sigilo.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
05.989.476/0001-10 **MATRIZ**		**18/11/2003**

NOME EMPRESARIAL
GIMAVE - MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMACOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
EUCARD	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
82.99-7-02 - Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV PRESIDENTE TANCREDO NEVES	**2222**	**SALA 08**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.805-036	**ALTO ALEGRE**	**CASCAVEL**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SOCIETARIO.ANCONSULTORIA@GMAIL.COM	**(45) 3392-1025**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**09/10/2004**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **06/04/2026** às **07:43:59** (data e hora de Brasília).

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

Re: pedido de impugnação

De Licitação PMSJorge <licitacao@pmsjorge.pr.gov.br>
Para Licitação Rondon <licitacaorondon@gimave.com.br>
Data 06/04/2026 08:00

Bom dia Senhores,

Acolho a solicitação mas informa da sua INTESPETIVIDADE

Clodoaldo Blank

Em 01/04/2026 21:45, Licitação Rondon escreveu:

> Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a),
>
> GIMAVE MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA, devidamente inscrito(a) no CNPJ 05.989.476/0001-10, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, impugnar o edital do Pregão Eletrônico nº 90015/2026, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos.
>
> **Fundamentação**
>
> De acordo com a Lei nº 14.442/2022, em seu art. 3º, é expressamente vedada a adoção de qualquer prática de "deságio na contratação de vales refeição e alimentação ou taxa de administração negativa aplicada sobre o valor dos referidos benefícios". Tal dispositivo visa garantir que o valor destinado ao benefício ao trabalhador chegue integralmente ao beneficiário, vedando práticas que possam diminuir esse valor por meio de taxas negativas ou descontos excessivos.
>
> No presente edital, há previsão ou possibilidade de cobrança de taxas de administração negativas ou de descontos que possam representar um deságio ou um valor inferior ao inicialmente previsto, prática essa que viola a referida legislação, podendo configurar irregularidade na contratação pública.
>
> **Pedido**
>
> Diante do exposto, requer-se:
>
> a) A Vossa Senhoria análise e retire do edital qualquer previsão que enseje a cobrança de taxa de administração negativa ou prática equivalente, de modo a atender às disposições da Lei nº 14.442/2022;
>
> b) Caso já conste alguma previsão neste sentido, sua exclusão imediata do edital;
>
> c) A manifestação formal acerca desta impugnação dentro do prazo estabelecido, para que seja garantido o princípio da legalidade na contratação pública.
>
> Termos em que Pede deferimento.
>
> Cascavel PR 01 de abril de 2026.
>
> GIMAVE MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA

AVISO LEGAL: As informações contidas nesta mensagem e em seus anexos podem ser pessoais e confidenciais sendo seu compartilhamento proibido, seu sigilo protegido por lei e seu uso autorizado somente para os fins especificados. Após cessar sua finalidade os dados deverão ser excluídos permanentemente. Se você recebeu essa mensagem por engano, por favor, responda imediatamente para que possamos garantir que essa falha não aconteça novamente, e depois exclua a mensagem recebida para que possamos garantir o seu sigilo.

skymail
SOLUÇÕES EM NUVEM

Re: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026 | MUNICIPIO DE SAO JORGE D OESTE - PR

De Licitação PMSJorge <licitacao@pmsjorge.pr.gov.br>
Para Andreia Lopes <andreia.lopes@neofacilidades.com.br>
Data 06/04/2026 14:10

Boa tarde,

segue o link para as consulta dos documentos solicitados

https://drive.google.com/drive/folders/18A-v4eImM58EuRClZmCeO2UPYtTz-LRH

Clodoaldo Blank/ Pregoeiro

Em 06/04/2026 11:31, Andreia Lopes escreveu:

> Prezados, bom dia.
>
> Referente ao Pregão nº 90015/2026, vimos, respeitosamente, solicitar a disponibilização dos documentos de habilitação/proposta apresentados pela empresa vencedora.
>
> Conforme acompanhado durante o certame, os referidos documentos foram encaminhados por e-mail, não estando disponíveis no sistema para consulta.
>
> Dessa forma, para fins de transparência e análise, solicitamos a gentileza de disponibilizá-los aos demais participantes.
>
> Desde já, agradecemos pela atenção e ficamos no aguardo.
>
> Atenciosamente,
>
> neo facilidades e benefícios
> as maiores facilidades
> os melhores benefícios
>
> **Andreia Lopes**
> Licitação
> (19) 3116-3400 | (19) 98414-6711
> Alameda Rio Negro, 503 - Sala 1803 - Alphaville - Barueri/SP